

PREÂMBULO

Neste ano de 1993, quando o Município de Mateus Leme completa mais de meio século de independência e supera a fase mais difícil de sua história, nós, vereadores, promulgamos novo regimento interno da Câmara Municipal, que norteará os trabalhos desta casa legislativa a partir do ano de 1994.

Queremos crer que este compêndio de normas servirá de diretriz, orientação e sustentação para o exercício da função de legislador, dentro dos princípios da legalidade, imparcialidade e acima de tudo, ética política, que devem ser sempre a meta daqueles que trilham suas existências na vida pública.

A homenagem da Câmara Municipal, a todos que foram os precursores, aos que continuaram suas tarefas de construir uma Mateus Leme, forte, progressista com o povo feliz e, que não estão mais entre nós, em especial memória do saudoso vereador *Joaquim Aves da Rocha Filho*, que apesar de sua breve passagem pelo Legislativo Municipal deixou registrado seu trabalho, inclusive ajudando a escrever este novo Regimento Interno.

Mateus Leme, dezembro de 1993.

Wenceslau Braz Júnior
- Presidente -

Câmara Municipal de Mateus Leme

Edilidade:

Alcides Nunes de Souza
Djalma do Nascimento
Élio Ferreira Diniz
Hélio José Amaral
Irene Maria de Oliveira
Mário Lúcio Vilaça
Murilo Alves Pimenta
Niceu Apolinário Lima
Rosalina Borges Ferreira
Rosana Castilho da Cunha Barbosa
Vilma D'Arque Tomaz
Wilson Lopes Rosa

Mesa diretora:

Wenceslau Braz Júnior – **Presidente**
Moacir Eustáquio de Souza – **Vice-Presidente**
José Macieira da Silva – **Secretário**

Comissão que elaborou o Regimento Interno.

VEREADORES

RELATORA: *Irene Maria de Oliveira*

REVISORA: *Rosana de Castilho Cunha Barbosa*

MEMBROS: *Niceu Apolinário*

Mário Lúcio Vilaça

Moacir Eustáquio de Souza

**ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATEUS LEME PELA
RESOLUÇÃO Nº 07 DE 17 DE SETEMBRO DE 2019
Legislatura 2017/2020**

PRESIDENTE: Reginaldo Teixeira Rodrigues

VICE- PRESIDENTE: Ricardo Gomes Moreira

SECRETÁRIO: Lúcio Gonçalves Madureira

VEREADORES

Arlton Gaudêncio Santiago

Cristiano Leonardo de Oliveira

João Victor Braz de Sousa

José Edson dos Santos

José Ronaldo da Silva Lopes

Luzimar Antônio de Castro

ASSESSORIA JURÍDICA

Dr. João Lúcio dos Santos Barbosa

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATEUS LEME/MG

TÍTULO I Disposições Preliminares CAPÍTULO I Da Composição e Sede

Art. 1º A Câmara Municipal de Mateus Leme é composta de 11 (onze) Vereadores eleitos nas condições e termos da legislação vigente, para mandato de 4 (quatro) anos.

*art. 1º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Parágrafo único. A Câmara poderá, por deliberação da maioria qualificada de 2/3 dos Vereadores, reunir-se fora de sua sede, havendo motivo relevante, ou de força maior.

Art. 2º A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de Mateus Leme, situada à Avenida Getúlio Vargas, número 736, centro, CEP 35.670-000.

*art. 2º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 3º O Presidente da Mesa poderá autorizar a utilização da sede da Câmara para a realização de atos oficiais ou extra-oficiais, desde que solicitada previamente, através de requerimento devidamente justificado e desde que não seja usada com fins econômicos ou para atividades ilícitas, no máximo quatro vezes por ano e em dias diferentes das reuniões Plenárias .

*art. 3º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

CAPÍTULO II Das Sessões Legislativas

Art. 4º A Câmara reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 1º de fevereiro a 30 de dezembro, ressalvado o disposto no parágrafo 2º deste artigo;

*inciso I com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

II - extraordinárias, quando, com este caráter, forem convocados.

§ 1º As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando caírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º Na primeira sessão legislativa de cada Legislatura, a sessão ordinária iniciar-se-á a partir de 2 de janeiro.

§ 3º - o projeto de lei das diretrizes orçamentárias (LDO) deverá ser aprovado até 30 (trinta) de junho de cada ano e o projeto de lei orçamentária (LOA) deverá ser aprovado até 30 (trinta) de novembro de cada ano, não podendo a Câmara entrar de recesso enquanto este não for votado.

*§ 3º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 4º Quando convocada extraordinariamente, a Câmara somente deliberará sobre a matéria objeto da convocação.

CAPÍTULO III
Da Instalação da Legislatura
SEÇÃO I
Das Sessões Preparatórias

Art. 5º No início da Legislatura, a Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, destinadas à posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora.

§ 1º - A primeira sessão preparatória, que independe de convocação, é realizada no dia primeiro de janeiro, na sede da Câmara ou, excepcionalmente em outro local, desde que aprovado por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, em horário a ser definido previamente.

*§ 1º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º O Vereador eleito deverá apresentar, no ato de posse, o respectivo diploma expedido pela Justiça Eleitoral bem como a declaração de bens, para o devido registro.

*§ 2º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 3º Na última reunião da Legislatura, o Vereador deverá apresentar novamente a declaração de bens.

§ 4º A primeira sessão preparatória, destinada à posse dos Vereadores e eleição da Mesa Diretora, será presidida pelo Vereador mais idoso.

SEÇÃO II
Da Posse dos Vereadores

Art. 6º Aberta a sessão, o Presidente convidará um dos Vereadores eleitos para a função de Secretário.

Parágrafo único. O Presidente verificará a autenticidade dos diplomas dos Vereadores eleitos e os chamará, nominalmente, para tomarem assento em seus lugares. .

Art. 7º O Presidente tomará o compromisso solene dos empossados, e de pé, no qual será acompanhado por todos os presentes, proferirá a seguinte declaração: "Prometo manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, as leis federais e estaduais, a Lei Orgânica do Município e desempenhar com honradez e integridade, o mandato que me foi outorgado pelo povo de Mateus Leme" .

§ 1º Proferida a declaração, o Presidente procederá à chamada dos Vereadores em ordem alfabética e, cada um, ao ser chamado, de pé, ratificará dizendo: "Assim prometo", permanecendo os demais Vereadores sentados e em silêncio. .

§ 2º O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, e o compromissando não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser empossado através de procurador.

§ 3º O Vereador empossado posteriormente prestará o compromisso em reunião ordinária e junto à Mesa Diretora, exceto durante o período de recesso da Câmara, quando o fará perante o Presidente.

§ 4º Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente

comprovados, a posse dar-se-á até a terceira reunião ordinária, junto à Mesa Diretora, sob pena de perda de mandato.

§ 5º Tendo prestado o compromisso uma vez, é o Suplente de Vereador dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes, bem como o Vereador ao reassumir o lugar, sendo sua volta ao exercício do mandato comunicada à Casa, pelo Presidente.

Art. 8º No dia seguinte à posse, o Presidente eleito da Mesa Diretora, fará publicar a relação na sucessão alfabética dos Vereadores investidos no mandato, a qual, com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do "quorum" necessário à abertura da reunião, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

SEÇÃO III

Da Eleição e Posse da Mesa Diretora

Art. 9º A eleição da primeira Mesa Diretora da Legislatura será realizada em seguida à posse dos Vereadores.

Art. 10. Nas demais eleições da mesma Legislatura, assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente, na sua falta, seus substitutos legais e, em falta destes, o Vereador mais idoso.

Art. 11. O mandato da Mesa é de dois anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

**art. 11, caput, com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019*

Parágrafo único. Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislatura diferente, ainda que sucessiva.

Art. 12. A eleição da Mesa far-se-á mediante votação nominal e aberta, exigida maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio e maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta dos Vereadores.

**art. 12, caput, com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019*

Art. 13. Na composição da Mesa Diretora será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos que participem da Câmara.

Art. 14. A eleição da Mesa Diretora far-se-á por cargo, primeiramente para Presidente, em segundo para Vice-Presidente e em terceiro para Secretário, observadas as seguintes formalidades e exigências:

I - composição da Mesa Diretora pelo Presidente, com designação de um Secretário e um Escrutinador;

II - **inciso II revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019*

III - **inciso III revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019*

IV - chamada nominal dos Vereadores para votação;

V - leitura dos votos pelo Escrutinador;

VI - proclamação dos votos, em voz alta, pelo Presidente e sua anotação pelo Secretário, à medida que apurados;

VII - **inciso VII revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019*

VIII - redação, pelo Secretário, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados e crescente dos cargos;

IX - eleição do candidato mais idoso, em caso de empate;

X - proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos, iniciando pelo Secretário;

XI - se o Presidente da reunião for eleito Presidente da Mesa, o Vice-Presidente já investido, dar-lhe-á posse.

SEÇÃO IV **Da Posse do Prefeito e Vice-Prefeito**

Art. 15. Instalada a Legislatura o Presidente da Mesa Diretora promoverá a posse do Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 16. A transmissão dos cargos dar-se-á nas seguintes condições:

I - logo em seguida, pelo Prefeito detentor do mandato findo, ao Prefeito e Vice- Prefeito se estiverem presentes;

II - se não estiverem presentes, o Presidente os convocará oficialmente para a transmissão dos cargos, a realizar-se cinco horas após a instalação;

III - no ato da posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito proferirão o compromisso constante do artigo 57, da Lei Orgânica Municipal. VER

CAPÍTULO IV **Da Representação** **SEÇÃO ÚNICA** **Dos Líderes**

Art. 17. Os Vereadores são agrupados por representações partidárias cabendo-lhes escolher o líder.

§ 1º O Líder permanecerá no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pelo respectivo Partido.

§ 2º Os Líderes não poderão integrar a Mesa Diretora.

Art. 18. O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - fazer uso da palavra, pessoalmente, em defesa da respectiva linha política, no período das Comunicações de Lideranças;

II - participar, pessoalmente, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto mas podendo encaminhar a votação ou requerer verificação desta;

III - encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dez minutos;

IV - indicar à Mesa Diretora os membros da bancada para compor as Comissões e, a qualquer tempo, substituí-los.

Art. 19. O Prefeito Municipal poderá indicar um vereador para exercer a liderança do Executivo, com as prerrogativas constantes dos incisos I, II e III do art.18, deste Regimento.

CAPÍTULO V **SEÇÃO ÚNICA** **Das Atribuições da Câmara**

Art. 20. Cabe ao Legislativo Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especificamente sobre:

I - Plano Diretor;

II - Plano plurianual e orçamentos anuais;

III – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de rendas;

V - dívida pública, abertura e operação do crédito;

- VI - concessão e permissão de serviços públicos do Município;
- VII - criação, transformação e extinção de cargo, emprego e função públicos na administração direta, autárquica e fundacional, e, fixação da remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- VIII – servidor público da administração direta, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- IX - criação, estruturação e definição de atribuições das secretarias municipais e de entidades da administração indireta;
- X - promoção de semanas de proteção ambiental, segurança no trânsito e no trabalho, educação para a saúde, esclarecimento sobre drogas como o cigarro, bebidas e outras;
- XI - promoção de eventos que visem a prevenção de doenças infecto-contagiosas e de problemas dentários, particularmente de cárie;
- XII - guarda, manutenção e divulgação de bens de domínio público;
- XIII - aquisição e alienação de bens imóveis do Município;
- XIV - cancelamento da dívida ativa do Município, autorização de suspensão de sua cobrança e de elevação de ônus e juros;
- XV - matéria decorrente de competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;
- XVI - concessão de auxílios e subvenções.

Art. 21. É da competência privativa da Câmara Municipal, dentre outras atribuições:

- I - eleger a sua Mesa Diretora e constituir as suas Comissões Internas, Permanentes e Temporárias, na forma e com as atribuições previstas neste Regimento e/ou no ato de que resultar a sua criação;
- II - elaborar, aprovar e promulgar o seu Regimento Interno;
- III- dispor sobre a sua organização e funcionamento, e sobre a vigilância de seus bens;
- IV - dispor sobre criação, transformação ou extinção de cargo, emprego e função de seus serviços e sobre fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- V - aprovar crédito suplementar ao orçamento de sua Secretaria, nos termos da Lei Orgânica;
- VI - fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores em cada Legislatura, para a subsequente;
- VII - dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, e ao substituto do Prefeito em caso de impedimento, e ao seu sucessor em caso de vacância;
- VIII - dar ciência da renúncia do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereador;
- IX - processar e julgar os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito nas infrações político-administrativas;
- X - decretar a perda de mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, na Lei Orgânica e na legislação aplicável;
- XI - proceder à tomada de contas do Prefeito não apresentadas dentro de 60 (sessenta) dias da abertura da sessão legislativa;
- XII - julgar anualmente as contas apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa Diretora do Legislativo e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- XIII - autorizar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento a ser celebrado pelo Município com a União, Estado, outra pessoa jurídica de direito

público ou entidades assistenciais, culturais e, ratificar o que, por motivo de urgência ou interesse público, for celebrado sem autorização, desde que encaminhado à Câmara nos 10 (dez) dias subsequentes à sua assinatura, sendo computados em dias úteis;

XIV - solicitar, pela maioria de seus membros, a intervenção estadual;

XV - sustar os atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

XVI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de bem imóvel público;

XVIII - manifestar-se por maioria de seus membros, a favor de proposta de emenda à Constituição Estadual;

XIX - conceder, nos termos que dispuser a legislação específica, título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas ou entidades filantrópicas que, reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele tenham se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

*inciso XIX com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

XX - conceder licença ao Vice-Prefeito e, aos Vereadores, para interromperem o exercício de suas funções;

XXI - autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

XXII - estabelecer e mudar, temporariamente o local e horário de suas reuniões;

XXIII - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XXIV - convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargo equivalente para prestar esclarecimentos, apazando dia e hora para o comparecimento;

*inciso XXIV com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

XXV - criar Comissão Parlamentar de Inquérito sobre fato determinado e com prazo certo, mediante requerimento, de 1/3 (um terço) de seus membros;

XXVI - suspender, no todo ou em parte, a execução de qualquer ato normativo municipal, que haja sido, por decisão judicial transitada em julgado, declarado infringente da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica Municipal;

XXVII - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XXVIII - ter autonomia e autorização para elaborar o seu orçamento próprio, remetendo-o para inclusão no orçamento municipal, o qual deverá ser respeitado em sua íntegra, após a aprovação da Câmara.

TÍTULO II
Dos Órgãos da Câmara
CAPÍTULO I
Da Mesa
SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 22. - À Mesa Diretora incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

Parágrafo único. A Mesa Diretora compõe-se do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário, os quais se substituirão nesta ordem, em caso de faltas e impedimentos.

Art. 23. O Vereador mais idoso, assumirá a Presidência, para iniciar sessão ordinária ou extraordinária, quando ausentes se encontrarem todos os membros efetivos da Mesa Diretora.

§ 1º O Presidente substituto convidará qualquer dos Vereadores presentes, para as funções de Secretário.

§ 2º A Mesa Diretora assim composta dirigirá os trabalhos até o comparecimento dos membros titulares dos cargos.

Art. 24. Compete privativamente à Mesa Diretora, dentre outras atribuições, estabelecidas em lei, neste Regimento ou por resolução da Câmara, ou delas implicitamente resultantes:

I - dirigir todos os serviços da Casa durante as sessões legislativas e nos seus interregnos, e tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - promulgar as emendas à Lei Orgânica;

III - apresentar à Câmara, na sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre o seu desempenho;

IV - autorizar licitações, homologar seus resultados e aprovar o calendário de compras;

V - autorizar despesas dentro da previsão orçamentária;

VI - dar parecer sobre a elaboração e modificações do Regimento Interno da Câmara;

VII - conferir atribuições ou encargos referentes aos serviços legislativos e administrativos da Casa;

VIII - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara;

IX - adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito perante o Município;

X - apreciar e encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários Municipais, bem como convidá-los para prestarem esclarecimentos em Plenário;

XI - orientar os serviços administrativos da Câmara, interpretar o regulamento e decidir, em grau de recurso, as matérias relativas aos direitos e deveres dos servidores;

XII - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações e fixar seus percentuais, salvo quando expressos em lei ou resolução, conceder licença, colocar em disponibilidade, demitir e aposentar os servidores da Secretaria da Câmara, assinando, o Presidente, os respectivos atos;

XIII - promulgar projetos de resolução que visem a:

a) elaborar o regulamento geral que disporá sobre a organização da

Secretaria da Câmara, seu funcionamento, sua vigilância e alterações;

b) dispor sobre a criação, transformação ou extinção de cargo, emprego ou função, regime jurídico dos servidores da Secretaria da Câmara e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao disposto nos arts. 82 a 84 e seus parágrafos, da Lei Orgânica Municipal;

c) fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais observado o que dispõem os arts. 29, V, 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

d) conceder licença ao Prefeito para interromper o exercício de suas funções;

e) autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito, se estiver em exercício no cargo, a se ausentarem do Município, por necessidade de serviço, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias.

*alínea alterada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

f) dispor sobre a mudança temporária da Sede da Câmara Municipal;

g) solicitar a intervenção do Estado no Município;

XIV - emitir pareceres sobre:

a) a matéria de que trata o inciso anterior;

b) matéria regimental;

c) requerimento de inserção nos Anais da Câmara, de documentos e pronunciamentos não oficiais;

d) requerimento de informações às autoridades municipais, somente o admitindo quando o fato for relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Câmara;

e) constituição de Comissão de Representação que importe ônus para a Câmara;

XV - declarar a perda de mandato de Vereador nos termos e forma previstos

XVI - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador, conforme previsto neste Regimento;

XVII - aprovar a proposta orçamentária anual da Câmara e encaminhá-la ao Poder Executivo;

XVIII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a prestação de contas da Secretaria da Câmara, referente a cada exercício financeiro, para parecer prévio;

XIX - publicar mensalmente o resumo do demonstrativo das despesas orçamentárias executadas no período, pelas unidades administrativas da Câmara;

XX - autorizar a aplicação de disponibilidades financeiras da administração da Câmara, mediante depósito em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei;

XXI - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários ao funcionamento da Câmara e seus serviços;

XXII - aprovar o orçamento analítico da Câmara;

XXIII - autorizar a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços;

XXIV - requisitar reforço policial, quando for o caso;

Parágrafo único. Em caso de matéria inadiável, poderá o Presidente ou quem o estiver substituindo, decidir, "ad referendum" da Mesa Diretora, sobre assunto de competência desta.

Art. 25 - A Mesa Diretora da Câmara, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou Comissão, exercerá a competência prevista no art. 118 da Constituição Estadual.

SEÇÃO II **Da Presidência**

Art. 26. O Presidente é o representante da Câmara Municipal quando ela se pronuncia coletivamente, supervisor de seus trabalhos institucionais e responsável pela sua ordem, nos termos deste Regimento.

Parágrafo único. O cargo de Presidente é privativo de brasileiro nato.

Art. 27. São atribuições do Presidente, além das que estão expressas neste Regimento, ou decorram da natureza de suas funções e prerrogativas:

I - quanto às sessões da Câmara:

- a) abri-las, presidi-las, encerrá-las e, quando necessário, prorrogar, de ofício, o seu horário;
- b) manter a ordem;
- c) fazer ler as atas, pelo Secretário, e assiná-las, depois de aprovadas;
- d) fazer ler a correspondência, pelo Secretário;
- e) anunciar a ordem do dia e o número de Vereadores presentes;
- f) autenticar, juntamente com o Secretário, a lista de presença dos Vereadores presentes;
- g) organizar a ordem do dia, podendo ouvir as lideranças;
- h) submeter à discussão e votação a matéria a isso destinada, bem como estabelecer o ponto da questão que será objeto da votação;
- i) anunciar o resultado da votação e declarar a sua prejudicialidade;
- j) conceder a palavra aos Vereadores, podendo autorizá-los a falar da bancada;
- l) advertir o orador ou o aparteante quanto ao tempo de que dispõe, não permitindo que ultrapasse o tempo regimental;
- m) convidar o orador a declarar, quando for o caso, se irá falar a favor ou contra a proposição;
- n) interromper o orador que se desviar da questão, ou, em qualquer momento, incorrer nas infrações de que trata o capítulo "Do Decoro Parlamentar", advertindo-o e, em caso de insistência, retirar-lhe a palavra;
- o) determinar o não-apanhamento de discurso, ou aparte, pelos encarregados de som e anotações;
- p) convidar o Vereador a retirar-se do recinto do Plenário, quando perturbar a ordem, com a provação do Plenário;
- q) suspender ou levantar a sessão quando necessário ou fazer retirar assistentes da galeria, se as circunstâncias o exigirem;
- r) autorizar a publicação de informações ou documentos em inteiro teor, em resumo ou apenas mediante referência na ata;
- s) nomear Comissão Especial;
- t) decidir as questões de ordem e as reclamações;
- u) anunciar os projetos apreciados conclusivamente pelas Comissões e a fluência dos prazos para interposição de recurso;
- v) convocar as sessões ordinárias e, quando for o caso, as extraordinárias da Câmara;
- x) desempatar as votações quando ostensivas e votar quando o projeto

exigir quórum qualificado de dois terços, contando-se a sua presença, em qualquer caso, para efeito de quorum.

*alínea alterada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

z) aplicar censura verbal a Vereador;

II - quanto às proposições:

a) proceder à distribuição de matéria às Comissões Permanentes ou Especiais;

b) decidir sobre requerimentos sujeitos ao seu despacho;

c) deferir a retirada de proposição da Ordem do Dia;

d) despachar requerimentos;

e) determinar a anexação, o arquivamento ou desarquivamento, nos termos regimentais;

f) devolver ao Autor a proposição que não atenda ao disposto neste regimento, às exigências Constitucionais ou à Lei Orgânica;

III - quanto às Comissões:

a) designar seus membros titulares e suplentes mediante comunicação dos Líderes, ou independentemente desta, se expirado o prazo fixado neste Regimento, bem como os seus substitutos;

b) declarar a perda de lugar, por motivo de falta;

c) assegurar os meios e condições necessárias ao seu pleno funcionamento;

d) convidar o Relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer;

e) convocar as Comissões Permanentes para a eleição dos respectivos Presidentes e vice-presidente, nos termos previstos neste Regimento;

f) julgar recurso contra decisão de Presidente de Comissão em questão de ordem;

g) distribuir matérias às Comissões;

h) constituir Comissão de Representação;

i) decidir sobre recurso de decisão de questão de ordem, argüida em Comissão;

IV - quanto à Mesa Diretora:

a) presidir suas reuniões;

b) tomar parte nas discussões e deliberações, com direito a voto;

c) distribuir a matéria que depende de parecer;

d) executar as suas decisões, quando tal incumbência não seja atribuída a outro membro;

V - quanto às publicações de divulgação:

a) determinar a publicação de matéria referente à Câmara;

b) não permitir a publicação de pronunciamento ou expressão atentatórias ao decoro parlamentar;

c) tomar conhecimento das matérias pertinentes à Câmara, a serem divulgadas pela imprensa do Município;

d) divulgar as decisões do Plenário, das reuniões da Mesa Diretora, do Colégio de Líderes, das Comissões e dos Presidentes das Comissões, encaminhando cópia ao órgão de informação da Câmara;

VI - quanto à sua competência geral, dentre outras:

a) substituir, nos termos da Lei Orgânica, o Prefeito Municipal;

b) decidir sobre a convocação extraordinária da Câmara, em caso de urgência ou de interesse público relevante;

- c) dar posse aos Vereadores;
- d) conceder licença aos Vereadores;
- e) declarar vacância do mandato nos casos de falecimento ou renúncia de Vereador;
- f) zelar pelo prestígio e decoro da Câmara, bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros, em todo o Município;
- g) dirigir, com suprema autoridade, a polícia da Câmara;
- h) convocar a reunir, periodicamente, sob sua presidência, os Líderes e os Presidentes das Comissões Permanentes para a avaliação dos trabalhos da Casa, para o exame das matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;
- i) encaminhar as conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito aos órgãos mencionados neste Regimento, em relação ao assunto;
- j) autorizar por si ou mediante delegação, a realização de conferências, exposições, palestras ou seminários no edifício da Câmara e, fixar-lhes datas, local e horário, ressalvado a competência das Comissões;
- l) promulgar as resoluções da Câmara e assinar os atos da Mesa Diretora, em conjunto com seus demais membros;
- m) assinar a correspondência destinada ao Presidente da República e ao Vice; ao Presidente do Senado Federal; aos Presidentes das Câmaras Federal e Estadual; ao Presidente do Supremo Tribunal Federal; aos Tribunais Superiores, entre estes incluídos o Tribunal de Contas da União e do Estado; aos Procuradores Gerais da União, do Estado e do Município; aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal; aos Chefes de Governo estrangeiros e seus representantes no Brasil; às Assembléias estrangeiras; aos Ministros e Secretários de Estado; aos Governadores e aos Prefeitos; aos Presidentes das Câmaras Federal, Estaduais e Municipais e do Senado Federal; às autoridades religiosas e militares; às autoridades judiciárias, neste caso em resposta a pedidos de informação sobre assuntos pertinentes à Câmara, no curso de feitos judiciais;
- n) deliberar "ad referendum" da Mesa Diretora, em caso de matéria inadiável, sobre assunto de competência desta;
- o) cumprir e fazer cumprir o Regimento;

“§ 1º Somente na qualidade de membro da Mesa Diretora poderá o Presidente oferecer proposição, e votar para desempatar o resultado da votação ostensiva e nos projetos que exijam quórum qualificado de dois terços, contando a sua presença, em qualquer caso, para efeito de "quorum".”

*§ 1º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente transmitirá a presidência ao seu substituto, e não reassumirá enquanto se debater a matéria que se propôs a discutir.

§ 3º O Presidente poderá, em qualquer momento, da sua cadeira, fazer ao Plenário comunicação de interesse da Câmara e do Município;

§ 4º O presidente nomeará e dará posse aos ocupantes de cargos comissionados.

§ 5º O Presidente poderá delegar ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria.

Art. 28. Ao Vice-Presidente incumbe substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

§ 1º Sempre que tiver de se ausentar do Município por mais de quarenta e oito horas, o Presidente passará o exercício da presidência ao Vice-Presidente ou, na ausência deste, ao Secretário.

§ 2º À hora do início dos trabalhos da reunião, não se achando o Presidente no recinto, será ele substituído sucessivamente, e na série, pelo Vice-Presidente, Secretário ou, finalmente, pelo Vereador mais idoso, procedendo-se da mesma forma quando tiver necessidade de deixar a sua cadeira.

SEÇÃO III Da Secretaria

Art. 29. Ao Secretário compete superintender os serviços administrativos da Câmara e, além das atribuições que decorrem desta competência:

I - receber convites, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara;

II - orientar a elaboração da correspondência oficial da Casa, exceto a das Comissões;

III - decidir, em primeira instância, recursos contra atos dos Secretários Legislativo e Administrativo da Câmara;

IV - interpretar e fazer observar o ordenamento jurídico de pessoal e dos serviços administrativos da Câmara;

V - dar posse, junto ao Presidente, aos Secretários Legislativo e Administrativo da Câmara, bem como ao Procurador Geral do Legislativo;

VI - inspecionar os trabalhos da Secretaria da Câmara e fiscalizar-lhe as despesas;

VII - ler, na íntegra, os ofícios das altas autoridades e as proposições para discussão ou votação, bem como, em resumo, qualquer outro documento;

VIII - receber a correspondência destinada à Câmara;

IX - fazer a correspondência oficial da Câmara, assinando a não atribuída ao Presidente;

X - formalizar, em despacho, a distribuição de matérias às Comissões;

XI - assinar, depois do Presidente, as proposições de lei, como as leis e resoluções legislativas que este promulgar;

XII - proceder a contagem dos Vereadores, em verificação de votação;

XIII - providenciar a entrega, em tempo, dos avulsos aos Vereadores;

XIV - anotar os resultados das votações;

XV - autenticar, junto ao Presidente, a lista de presença dos Vereadores;

XVI - fiscalizar a redação das atas e proceder à sua leitura em Plenário;

XVII - redigir as atas das sessões secretas.

CAPÍTULO II SEÇÃO ÚNICA Da Procuradoria Geral

Art. 30. A Procuradoria Geral do Legislativo terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa Diretora, a defesa da Câmara e de seus órgãos quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

§ 1º A Procuradoria Geral do Legislativo é exercida por um Procurador Geral, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara.

§ 2º A Procuradoria Geral do Legislativo providenciará ampla

publicidade reparadora, além de divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, no órgão de comunicação ou de imprensa que veicular a matéria ofensiva à Casa.

§ 3º A Procuradoria Geral do Legislativo promoverá, por intermédio dos canais competentes, as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para obter ampla reparação.

CAPÍTULO II
Das Comissões
SEÇÃO I
Das Disposições Gerais

Art. 31. As Comissões da Câmara são:

I - Permanentes, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas municipais e a fiscalização orçamentária do Município, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – Temporárias, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extinguem ao término da legislatura, ou antes dela, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração. .

Art. 32. Os membros das Comissões são designados pelo Presidente da Câmara, por indicação dos Líderes das Bancadas.

Parágrafo único. Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos com representação na Câmara Municipal.

Art. 33. O Vereador que não seja membro da Comissão poderá ter participação das discussões das discussões, sem direito a voto. .

Art. 34. Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I - discutir e votar as proposições que lhes forem distribuídas sujeitas à deliberação do Plenário;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar os auxiliares diretos do Prefeito, dirigentes de entidades da administração indireta ou outra autoridade municipal para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhes audiência para expor assunto de relevância de sua área e, previamente determinado sob pena de responsabilidade, no caso de ausência injustificada;

IV - iniciar o processo legislativo;

V - apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles emitir parecer;

VI - realizar inquérito;

VII - realizar audiência pública em regiões do Município para subsidiar o processo legislativo, observada a disponibilidade orçamentária;

VIII - encaminhar, através da Mesa da Câmara, pedido escrito de informação aos auxiliares diretos do Prefeito, dirigente de entidade da administração indireta ou outras autoridades municipais;

IX - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da

administração pública direta, indireta ou fundacional e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento, não implicando a diligência em dilação dos prazos;

X - receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

XI - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

XII - acompanhar e apreciar programas de obras, planos de desenvolvimento e programas de obras do Município e sobre eles emitir parecer;

XIII - exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Município e das empresas de cujo capital-social ele participe;

XIV - propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo;

XV - determinar a realização de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas entidades mencionadas no inciso XIII;

XVI - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários.

Parágrafo único. As atribuições contidas nos incisos IV, VIII, IX e XI do "caput" não excluem a iniciativa concorrente do Vereador.

SEÇÃO II

Das Comissões Permanentes

SUBSEÇÃO I

Da Composição e Instalação

Art. 35. As Comissões Permanentes são compostas de 3 (três) Vereadores cada uma.

§ 1º Após constituídas, as Comissões reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Secretários e deliberar sobre os dias de reunião e a ordem dos trabalhos, deliberações estas que serão consignadas em livro próprio.

§ 2º O Presidente da Comissão substitui o Secretário e a este, o terceiro membro da Comissão.

§ 3º Para cada proposição estudada o Presidente da Comissão designará um membro da Comissão como relator, não obstante porém que o Presidente mantenha o mesmo relator, se assim lhe convir.

§ 4º O Presidente poderá funcionar como relator e terá direito ao voto nas deliberações, salvo por impedimento previsto neste Regimento.

§ 5º Dos atos do Presidente cabe, a qualquer membro da Comissão, recurso ao Plenário.

Art. 36. Os membros da Comissão serão destituídos se não comparecerem, durante a sessão legislativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco alternadas, salvo motivo de força maior justificado por escrito à Comissão.

§ 1º A perda de lugar será declarada pelo presidente da Câmara em virtude de comunicação do Presidente da Comissão.

§ 2º O vereador que perder o lugar numa Comissão, a ele não poderá retornar na mesma sessão legislativa.

Art. 37. Não podem ser nomeados para as Comissões os Vereadores licenciados e os suplentes.

Art. 38. Nos casos de vaga, licença ou impedimentos dos membros da Comissão, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, no interregno de três dias úteis, sempre que possível, dentro da mesma legenda partidária, por indicação de seu Líder ou, independentemente dessa comunicação, se não for feita naquele prazo.

SUBSEÇÃO II

Das Matérias ou Atividades de Competência

Art. 39. São as seguintes as Comissões Permanentes:

I - Comissão de Justiça e Redação;

II - Comissão de Finanças e Orçamento;

III - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Desenvolvimento Industrial;

*inciso III com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

IV - Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos;

V – *inciso revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

VI - *inciso revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

VII - Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Científico e Meio ambiente;

*inciso VII com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 1º As comissões permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividades são:

I – Comissão de Justiça e de Redação:

a) aspectos legais, jurídicos e regimentais e de técnicas legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, para afeito de admissibilidade e tramitação;

b) admissibilidade de proposta de emendas à Lei Orgânica;

c) assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;

d) assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais à organização do Município, à organização do Executivo e do Legislativo e às funções essenciais da Justiça;

e) partidos políticos, mandato e representação política, sistemas eleitorais e eleições;

f) registros públicos;

g) desapropriações;

h) uso dos símbolos municipais e nacionais;

i) direitos e deveres do mandato;

j) perda de mandato do Vereador;

l) redação final das proposições em geral, cuidando de seu aspecto gramatical e lógico;

II - Comissão de Finanças e Orçamento:

a) sistema econômico, financeiro e tributário do Município;

b) repartição das receitas tributárias;

c) tributação, arrecadação, fiscalização; parafiscalidade; empréstimos compulsórios; contribuições sociais, administração fiscal;

d) matéria financeira e orçamentária pública; normas gerais de direito financeiro; normas de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a

administração pública direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Executivo Municipal; .

e) aspectos financeiros e orçamentários públicos municipais de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição de receita, ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;

f) prestação de contas do Prefeito e da Mesa Diretora da Câmara;

g) balancetes e balanços da Prefeitura e da Mesa Diretora, para acompanhamento das despesas públicas;

h) proposições que fixem vencimentos dos servidores;

i) fixação dos subsídios e verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para vigorar na Legislatura seguinte, através de projeto de lei que deverá ser aprovado no último ano de cada legislatura, no prazo de até quarenta e cinco dias antes da realização das eleições;

j) fiscalização para que as proposições da Câmara não criem encargo ou erário municipal, sem que se especifiquem os recursos necessários à sua execução;

l) exarar, dentro dos prazos previstos, pareceres sobre as matérias de sua competência;

III - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Desenvolvimento Industrial;

*inciso III com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

a) assuntos atinentes a urbanismo e arquitetura; política e desenvolvimento urbano; uso e ocupação do solo urbano; habitação e sistema de financiamento habitacional; transportes urbanos; infra-estrutura urbana e saneamento básico;

b) matérias relativas a direitos urbanísticos e a ordenação jurídico-urbanística do Município; planos municipais de ordenação do Município e da organização político-administrativas;

c) desenvolvimento e integração dos bairros; planos municipais de desenvolvimento econômico e social; incentivos municipais;

d) política e desenvolvimento municipal;

e) assuntos referentes ao sistema municipal de viação e aos sistemas de transportes em geral;

f) orientação dos serviços de transportes municipais e intermunicipal;

g) fiscalização da execução de planos municipais de desenvolvimento integrado;

h) emissão de pareceres nos projetos atinentes à realização de obras e serviços pelo Município, autarquias, entidades paraestatais, permissionárias e concessionárias de serviços públicos de âmbito Municipal;

i) segurança, política, educação e legislação de trânsito e tráfego;

j) prestação de serviços públicos em geral;

IV - Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social:

a) assuntos atinentes à educação em geral; política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais; direito da educação; recursos humanos e financeiros para a educação;

b) sistema desportivo municipal e sua organização; política e plano municipal de educação física e desportiva; normas gerais sobre desporto no Município;

- c) assuntos relativos à saúde, previdência e assistência social em geral
- d) organização institucional da saúde do Município;
- e) política de saúde e processo de planificação em saúde; sistema único de saúde;
- f) ações e serviços de saúde pública, campanhas de saúde pública erradicação de doenças endêmicas, vigilância epidemiológica, bioestatística, - imunizações;
- g) assistência médico-odontológica-psicológica; instituições privadas de saúde;
- h) higiene, educação e assistência sanitária;
- i) exercício da medicina e profissões afins; recursos humanos para a saúde;
- j) saúde ambiental e ocupacional; seguro de acidentes de trabalho urbano e rural;
- l) alimentação e nutrição; programas de merenda escolar;
- m) organização institucional da previdência municipal;
- n) regime geral e regulamentos da previdência social do Município;
- o) assistência social, inclusive a proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, aos idosos e aos portadores de deficiência;
- p) regime jurídico das entidades civis de finalidades e assistenciais;
- q) matérias relativas à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao excepcional ou deficiente físico;
- r) direito de família e do menor;

V -*inciso V revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

- a) -*alínea "a", revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- b) -*alínea "b", revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- c) -*alínea "c", revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- d) -*alínea "d" revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- e) -*alínea "e" revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- f) -*alínea "f" revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- g) -*alínea "g" revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- h) -*alínea "h" revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

VI --*inciso VI revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

- a) -*alínea "a" revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- b) -*alínea "b", revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- c) -*alínea "c", revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- d) -*alínea "d", revogada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

VII - Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Científico e meio ambiente:

- a) preservação e conservação do patrimônio histórico municipal;
- b) assuntos referentes a documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico, cultural e científico;
- c) parecer em acordos culturais com instituições diversas;
- d) direito de imprensa, informação e manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação;
- e) produção intelectual e sua proteção, direitos autorais e conexos;
- f) desenvolvimento cultural, geográfico, arqueológico, artístico e

científico do Município;

g) gestão da documentação histórica e do patrimônio municipal;

h) preservação e proteção das culturas populares e étnicas do Município

i) diversão e espetáculos públicos, datas comemorativas e homenagens cívicas.

j) política e sistema municipal de meio ambiente; direito ambiental; legislação de defesa ecológica; controle da poluição;

k) recursos naturais renováveis; flora, fauna e solo; edafologia; desenvolvimento da tecnologia; fomento e desenvolvimento agrário e outras normas de promoção do bem-estar, social no campo;

l) assuntos referentes às minorias étnicas; segurança pública, defesa civil, prevenção da violência e criminalidade;”

§ 2º. Os campos temáticos, ou áreas de atividades de cada Comissão Permanente, abrangem ainda os órgãos e programas municipais com eles relacionados, e respectivo acompanhamento e fiscalização orçamentária.

Art. 40. Às Comissões Permanentes compete apreciar conclusivamente as seguintes proposições:

I - denominação de prédios públicos;

II - datas comemorativas e homenagens cívicas.

SEÇÃO III

Das Comissões Temporárias

Art. 41. As Comissões Temporárias são:

I - Especiais;

II - Parlamentares de Inquérito;

III - Externas ou de Representação.

§ 1º As Comissões Temporárias a compor-se-ão do número de membros que for previsto no ato ou requerimento de sua constituição, não excedentes a 5 (cinco), salvo o disposto no parágrafo 1º do art. 42, deste Regimento, designados pelo Presidente da Câmara por indicação dos Líderes, ou independentemente dela se, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após criar-se a Comissão, não se fizer a escolha.

§ 2º Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos possam fazer-se representar.

§ 3º A participação do Vereador em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

§ 4º Na hipótese do inciso II, o primeiro signatário do requerimento fará parte da Comissão, não podendo ser seu Presidente ou relator.

§ 5º Os Presidentes e Secretários das Comissões Temporárias serão eleitos na forma do parágrafo 1º do art. 35, deste Regimento.

SUBSEÇÃO I

Das Comissões Especiais

Art. 42. As Comissões Especiais serão constituídas para:

I - dar parecer sobre:

a) proposta de emenda à Lei Orgânica e projeto de código, casos em que, sua organização e funcionamento, obedecerão às normas fixadas nos capítulos que tratam das referidas matérias;

b) veto a proposição de lei;

c) pedido de instauração de processo por crime de responsabilidade;

d) proposições que versarem matéria de competência de mais de três Comissões que devam pronunciar-se quanto ao mérito, por iniciativa do Presidente da Câmara, ou a requerimento de Líder ou Presidente de Comissão interessada;

II - proceder a estudo de matéria determinada;

III - desincumbir-se de missão atribuída pelo Plenário.

§ 1º Pelo menos metade dos membros titulares da Comissão Especial, referida na alínea "d", inciso I, deste artigo, será constituída por membros titulares das Comissões Permanentes que deveriam ser chamados a opinar sobre a proposição em causa, não excedendo a 9 (nove) membros em sua totalidade.

§ 2º Caberá à Comissão Especial o exame de admissibilidade e do mérito da proposição principal e das emendas que lhe forem apresentadas, observando o disposto no art. 55 e no parágrafo único do art. 34, deste Regimento.

SUBSEÇÃO II

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 43. A Câmara Municipal, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual poderá, no exercício de suas atribuições, determinar diligências, convocar autoridades, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações e documentos, além de outros poderes previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que demandar investigação, elucidação e fiscalização e que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente o mandará a publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário, devolvê-lo á ao autor, cabendo desta decisão recurso ao Plenário, no prazo de 10 (dez) dias, ouvindo-se a Comissão de Justiça e Redação.

§ 3º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso Parlamentar, terá o prazo de noventa dias, prorrogável por até a metade, mediante deliberação do Plenário, para a conclusão de seus trabalhos.

§ 4º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos duas na Câmara, salvo mediante projeto de resolução com o mesmo "quorum" de apresentação previsto no "caput" deste artigo.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de criação.

§ 6º Do ato de criação constarão a provisão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa Diretora e à administração da

Casa o atendimento preferencial das providências que solicitar.

Art. 44. Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, o qual será publicado e encaminhado:

I - à Mesa Diretora da Câmara, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de resolução, de decreto legislativo, ou indicação que será incluída em Ordem do Dia dentro de 10 (dez) dias;

II - ao Ministério Público, com a cópia da documentação, para as devidas providências;

III - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo cabíveis, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

IV - à Comissão de Finanças e Orçamento e ao Tribunal de Contas do Estado para as providências previstas no art. 180, § 42 da Constituição do Estado de Minas Gerais;

V - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso III;

VI - à autoridade à qual esteja afeto o conhecimento da matéria.

§ 1º Nos casos dos incisos II, III, IV e V, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º As conclusões do relatório poderão ser revistas pelo Plenário.

SUBSEÇÃO III **Das Comissões Externas**

Art. 45. As Comissões Externas ou de Representação poderão ser instituídas pelo Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, para cumprir missão temporária autorizada, sujeitas à deliberação do Plenário, quando importarem ônus para a Casa.

§ 1º Quando as Comissões referidas neste artigo importarem ônus para Casa, deverão os seus membros prestar contas das despesas efetuadas, até 15 (quinze) dias após encerrado o evento.

§ 2º Para fins desse artigo, considera-se missão temporária aquela que implicar o afastamento do Vereador do Município ou do Estado, para representar a Câmara nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

SEÇÃO IV **Da Presidência das Comissões**

Art. 46. Ao Presidente da Comissão compete além do que lhe for atribuído neste Regimento:

I - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão;

II - convocar e presidir todas as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão e nelas manter a ordem e a solenidade necessária;

III - fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la a discussão e votação;

IV - dar à Comissão conhecimento de toda a matéria recebida e despachá-la;

V- dar à Comissão e às lideranças conhecimento da pauta das reuniões previstas e organizadas na forma deste Regimento;

VI - designar relator e distribuir-lhe a matéria sujeita a parecer, ou avocá-la na sua falta;

VII - conceder a palavra aos membros da Comissão, aos Líderes e aos Vereadores que a solicitarem;

VIII - advertir o orador que se exaltar no decorrer do debate, ou incorrer em infrações previstas neste Regimento;

IX - conceder vista das proposições aos membros da Comissão, nos termos do art. 63, XVI, deste Regimento;

X - submeter a votos as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;

XI - assinar os pareceres, juntamente com o relator;

XII - enviar à Mesa Diretora toda a matéria destinada à leitura em Plenário e publicidade;

XIII - representar a Comissão nas suas relações com a Mesa Diretora, as outras Comissões e os Líderes, ou externas à Casa;

XIV - solicitar ao Presidente da Câmara a declaração de vacância na Comissão, consoante o art. 36, "caput" e parágrafo 1º ou a designação de substituto para o membro faltoso, nos termos do § 1º do art. 50 deste Regimento;

XV - resolver, de acordo com o Regimento, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão;

XVI - remeter à Mesa Diretora, no início de cada mês, sumário dos trabalhos da Comissão e, no fim de cada sessão legislativa, como subsídio para a sinopse das atividades da Casa, relatório sobre o andamento e exame das proposições distribuídas à Comissão;

XVII - delegar, quando entender conveniente, ao Secretário a distribuição das proposições;

XVIII - requerer ao Presidente da Câmara, quando julgar necessário, a distribuição de matéria a outras Comissões, observado o disposto no art. 42, I, "d", deste Regimento;

XIX - mandar afixar em quadro próprio da Comissão a matéria distribuída, com o nome de relator, data, prazo regimental para relatar e respectivas alterações; .

XX - solicitar ao órgão de assessoramento institucional, de sua iniciativa ou a pedido do relator, a prestação de assessoria ou consultoria técnico-legislativa ou especializada, durante as reuniões da Comissão ou para instruir as matérias sujeitas à apreciação desta.

Art. 47. Os Presidentes das Comissões Permanentes reunir-se-ão com os Líderes sempre que isso pareça conveniente; ou por convocação do Presidente da Câmara, sob a presidência deste, para o exame e assentamento de providências relativas à eficiência do trabalho legislativo.

Parágrafo único. Na reunião seguinte à prevista neste artigo, cada Presidente comunicará ao Plenário da respectiva Comissão o que dela tiver resultado.

SEÇÃO V

Dos Impedimentos e Ausências

Art. 48. O mesmo vereador não pode ser indicado para mais de três Comissões.

Art. 49. Nenhum vereador poderá presidir reunião de Comissão quando se debater ou votar matéria da qual seja autor ou relator.

Parágrafo único. Não poderá o autor de proposição ser dela relator, ainda que substituto ou parcial.

Art. 50. Sempre que um membro das Comissões não puder comparecer às reuniões, deverá comunicar o fato ao Presidente, que fará publicar em ata a escusa.

§ 1º Se por falta de comparecimento de um membro, estiver prejudicado o trabalho de qualquer Comissão, o Presidente da Câmara, a requerimento do Presidente da Comissão ou de qualquer Vereador, designará substituto para o membro faltoso, por indicação do Líder da respectiva bancada.

§ 2º Cessará a substituição logo que o titular voltar ao exercício.

§ 3º Em caso de matéria urgente ou relevante, caberá ao Líder, mediante solicitação do Presidente da Comissão, indicar outro membro da sua bancada para substituir, em reunião, o membro ausente.

SEÇÃO VI

Das Vagas

Art. 51. A vaga em Comissão verificar-se-á em virtude de término de mandato, renúncia, falecimento ou perda do lugar.

§ 1º A renúncia tornar-se-á efetiva quando, formalizada por escrito, for encaminhada ao Presidente da Câmara.

§ 2º A perda do lugar ocorrerá quando o membro da Comissão, no exercício do mandato, deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco alternadas, na Sessão Legislativa Ordinária.

§ 3º O Presidente da Câmara designará novo membro para a Comissão, em caso de vaga, observado o disposto no art. 32, deste Regimento.

SEÇÃO VII

Das Reuniões

Art. 52. As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, em dias e horas prefixados, ordinariamente, uma vez por semana.

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária o seu horário poderá coincidir com a Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara.

§ 2º A fixação de dia e hora das reuniões das Comissões será, previamente acordada entre os Presidentes para evitar a acumulação de data e, não havendo acordo, proceder-se-á a sorteio.

§ 3º A Secretaria da Câmara providenciará a divulgação da relação das Comissões Permanentes e Temporárias, com a designação dos locais, dias e horários em que se realizarem as reuniões.

§ 4º As reuniões extraordinárias das Comissões serão convocadas pela respectiva Presidência, de ofício ou de requerimento de um terço de seus membros.

§ 5º As reuniões extraordinárias serão anunciadas com a devida antecedência, designando-se no aviso de sua convocação, dia, hora, local e objeto da reunião.

§ 6º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência.

Art. 53. O Presidente da Comissão Permanente organizará a Ordem do Dia de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os critérios fixados neste Regimento a respeito da preferência das proposições.

Parágrafo único. Finda a hora dos trabalhos, o Presidente anunciará Ordem do Dia da reunião seguinte, dando ciência da pauta respectiva à lideranças e distribuindo-se os avulsos com antecedência de pelo menos quarenta e oito horas.

Art. 54. As reuniões das Comissões serão públicas, salvo deliberação em contrário.

§ 1º Serão reservadas, a juízo da Comissão, as reuniões em que haja matéria que deva ser debatida com a presença apenas dos funcionários, em serviço na Comissão, e técnicos ou autoridades que convidar.

§ 2º Serão secretas as reuniões quando as Comissões tiverem de deliberar sobre perda de mandato ou outra matéria julgada conveniente.

§ 3º Nas reuniões secretas, servirá como Secretário da Comissão por designação do Presidente, um de seus membros, que também elaborará a ata respectiva.

§ 4º Só os Vereadores poderão assistir às reuniões secretas; auxiliares diretos do Prefeito quando convocados, ou as testemunhas chamadas a depor participarão dessas reuniões apenas o tempo necessário.

§ 5º Deliberar-se-á, preliminarmente, nas reuniões secretas, sobre a conveniência de os pareceres nelas assentados serem discutidos e votados em reunião pública ou secreta, e se, por escrutínio secreto.

§ 6º A ata da reunião secreta, acompanhada dos pareceres e emendas que foram discutidos e votados, bem como dos votos apresentados em separado, depois de fechados em invólucro lacrado, etiquetado, datado e rubricado pelo Presidente, pelo Secretário e demais membros presentes, será enviada ao arquivo da Câmara com indicação do prazo pelo qual ficará indisponível para consulta.

SEÇÃO VIII
Dos Trabalhos
SUBSEÇÃO I
Da Ordem dos Trabalhos

Art. 55. As Comissões, a que for distribuída uma proposição, poderão estudá-la em reunião conjunta, por acordo dos respectivos Presidentes, com um relator ou relator substituto, devendo os trabalhos serem dirigidos pelo Presidente mais idoso.

§ 1º Este procedimento será adotado nos casos de:

I - proposição distribuída à Comissão Especial a que se refere a alínea “d”, I do art. 42, deste Regimento;

II - proposição aprovada, com emendas, por mais de uma Comissão a fim de harmonizar o respectivo texto, na redação final, se necessário, por iniciativa da Comissão de Justiça e Redação.

§ 2º Na hipótese de reunião conjunta, é também facultada a designação do relator-geral e dos relatores-parciais correspondentes a cada Comissão, cabendo a estes metade do prazo concedido àquele para elaborar seu parecer, e as emendas serão encaminhadas aos relatores-parciais consoante a matéria a que se

referirem.

Art. 56. Os trabalhos das Comissões serão iniciados se não houver matéria para deliberar ou se a reunião não se destinar a atividades referidas no inciso III, deste artigo, e obedecerão à seguinte ordem:

I - Discussão e votação da ata da reunião anterior;

II - Expediente:

a) sinopse da correspondência e outros documentos recebidos e da agenda da Comissão;

b) comunicação das matérias distribuídas aos Relatores, que exercerão as atribuições previstas no art. 59, § 2º, deste Regimento

III- Ordem do Dia:

a) conhecimento, exame ou instrução de matéria de natureza legislativa, fiscalizatória ou informativa, ou outros assuntos da alçada da Comissão;

b) discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral;

c) discussão e votação de proposições e respectivos pareceres sujeitos à aprovação do Plenário da Câmara;

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros, para tratar de matéria de regime de urgência, de prioridade ou de tramitação ordinária, ou ainda no caso de comparecimento de auxiliar direto do Prefeito ou de qualquer autoridade, e de realização de audiência pública.

§ 2º Para efeito de "quorum" de abertura, o comparecimento dos Vereadores verificar-se-á pela sua presença na Casa, e do "quorum" de votação por sua presença no recinto onde se realiza a reunião.

§ 3º O Vereador poderá participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de qualquer Comissão de que não seja membro.

Art. 57. As Comissões Permanentes poderão estabelecer regras e condições específicas para a organização e o bom andamento dos seus trabalhos observadas as normas fixadas neste Regimento, bem como ter relatores previamente designados por assuntos.

Art. 58. O membro da Comissão poderá requerer vista de proposição e discussão, quando não houver distribuição de avulsos antes da leitura do relatório.

Parágrafo único. A vista será concedida pelo Presidente da Comissão, por 48 (quarenta e oito) horas, sendo comum aos membros da Comissão, vedada sua renovação.

SUBSEÇÃO II

Dos Prazos

Art. 59. Excetuados os casos em que este Regimento determine de forma diversa, as Comissões deverão obedecer aos seguintes prazos para examinar proposições e sobre elas decidir:

I - cinco dias, quando se tratar de matéria em regime de urgência;

II - dez dias, quando se tratar de matéria em regime de prioridade;

III - dez dias, para requerimento, substitutivo, mensagem, ofício, recurso e matéria semelhante;

IV - quinze dias, para projeto de lei ou resolução;

V - o mesmo prazo da proposição principal, quando se tratar de emendas apresentadas no Plenário da Câmara, correndo em conjunto para todas

Comissões.

§ 1º O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, conceder-lhe prorrogação de até a metade dos prazos previstos neste artigo exceto se em regime de urgência a matéria.

§ 2º Esgotado o prazo destinado ao relator, o Presidente da Comissão designará outro para exercer as funções acometidas àquele, tendo para a apreciação do seu voto, metade do prazo concedido ao primeiro.

§ 3º O Presidente da Comissão, uma vez esgotadas os prazos referidos neste artigo, avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, se em regime de urgência e de 48 (quarenta e oito) horas, se em tramitação ordinária com prazo preestabelecido.

SEÇÃO IX

Da Admissibilidade e da Apreciação das Matérias pelas Comissões

Art. 60. Antes da deliberação do Plenário, ou quando esta for dispensada, as proposições, exceto os requerimentos, dependem de manifestação das Comissões a que a matéria estiver afeta, cabendo:

I - à Comissão de Justiça e de Redação, em caráter preliminar, o exame de sua admissibilidade sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, regimentabilidade e de técnica legislativa e, juntamente com as outras Comissões, pronunciar-se sobre o seu mérito, quando for o caso;

II - à Comissão de Finanças e Orçamento, quando a matéria depender de exame sob os aspectos financeiro e orçamentário públicos, manifestar-se previamente quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;

III - à Comissão Especial a que se refere a alínea "d", inciso I do art. 42, preliminarmente ao mérito, pronunciar-se quanto à admissibilidade jurídica e legislativa e, se for o caso, a compatibilidade orçamentária da proposição, aplicando-se em relação à mesma o disposto no artigo seguinte.

Art. 61. A nenhuma Comissão cabe manifestar-se sobre o que não for de sua atribuição específica.

Parágrafo único. Considerar-se-á como não escrito o parecer, ou parte dele, que infringir o disposto neste artigo, o mesmo acontecendo em relação às emendas ou substitutivos elaborados com violação do art. 138, §§ 2º e 3º, desde que provida a reclamação, apresentada antes da aprovação definitiva da matéria pelas Comissões ou pelo Plenário.

Art. 62. Os projetos de Lei e demais proposições distribuídas às Comissões, consoante o disposto no art. 156, deste Regimento, serão examinados pelo relator designado em seu âmbito, ou no de Subcomissão ou Turma, quando for o caso, para proferir parecer.

§ 1º A discussão e a votação do parecer e da proposição, serão realizadas pelo Plenário da Comissão.

§ 2º Salvo disposição em contrário, as deliberações das Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, prevalecendo, em caso de empate, o voto do relator.

Art. 63. No desenvolvimento de seus trabalhos, as Comissões observarão as seguintes normas:

I - no caso de matéria distribuída por dependência para tramitação

conjunta, cada Comissão competente, em seu parecer, deve pronunciar-se em relação a todas as proposições apensadas;

II - à Comissão é lícito, para facilidade de estudo, dividir qualquer matéria distribuindo-se cada parte ou capítulo a relator ou relator-parcial, mas escolhido relator-geral, de modo que seja enviado à Mesa Diretora um só parecer;

III - quando diferentes matérias se encontrarem num mesmo projeto poderão as Comissões dividi-las para constituírem proposições separadas, remetendo-as à Mesa Diretora para efeito de remuneração e distribuição;

IV - ao apreciar qualquer matéria, a Comissão poderá propor a sua adoção ou a sua rejeição total ou parcial, sugerir o seu arquivamento, formular projeto dela decorrente, dar-lhe substitutivo e apresentar emenda e subemenda;

V - é lícito às Comissões determinar o arquivamento de papéis enviados à sua apreciação, exceto proposições, publicando-se o despacho respectivo na ata dos seus trabalhos;

VI - lido o parecer, ou dispensada a sua leitura se for distribuído em avulsos será ele de imediato submetido a discussão;

VII - durante a discussão na Comissão, pode usar da palavra o autor do projeto, o relator, demais membros e Líder, durante quinze minutos improrrogáveis, e, por dez minutos, Vereadores que a ela não pertençam;

VIII - os autores terão ciência, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data em que suas proposições serão discutidas em Comissão técnica, salvo se estiverem em regime de urgência;

IX - encerrada a discussão, será dada a palavra ao relator para réplica, se for o caso, por vinte minutos, procedendo-se em seguida, à votação do parecer;

X - se for aprovado o parecer em todos os seus termos, será tido como da Comissão e, desde logo, assinado pelo presidente, pelo relator em separado ou com restrições, que manifestem a intenção de fazê-lo; constarão da conclusão os nomes dos votantes e os respectivos votos;

XI - se ao voto do relator forem sugeridas alterações, com as quais ele concorde, ser-lhe-á concedido prazo até a reunião seguinte para a redação do novo texto;

XII - se o voto do relator não for adotado pela Comissão, a redação do parecer vencedor será feita até a reunião ordinária seguinte pelo relator substituto, salvo se vencido ou ausente este, caso em que o Presidente da Comissão designará outro Vereador para fazê-lo;

XIII - na hipótese de a Comissão aceitar parecer diverso do voto do relator, o deste constituirá voto em separado;

XIV - para o efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

a) favoráveis - os "pelas conclusões", "com restrições" e "em separado" não divergentes das conclusões;

b) contrários - os "vencidos" e os "em separado" divergentes das conclusões;

XV - sempre que adotar parecer com restrição, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência; não o fazendo, o seu voto será considerado integralmente favorável;

XVI - ao membro da Comissão que pedir vista do processo, ser-lhe-á concedida esta por 24 (vinte e quatro) horas, se não se tratar de matéria em regime de urgência; quando mais de um membro da Comissão, simultaneamente, pedir vista, ela será conjunta e na própria Comissão, não podendo haver

atendimento a pedidos sucessivos;

XVII - os processos de proposições em regime de urgência não podem sair da Comissão, sendo entregues diretamente em mãos dos respectivos relatores;

XVIII - poderão ser publicadas as exposições escritas e os resumos das orais, os extratos redigidos pelos próprios autores, se assim entender a Comissão;

XIX - nenhuma gravação poderá ser feita durante os trabalhos das Comissões sem prévia autorização do seu Presidente, observadas as diretrizes fixadas pela Mesa Diretora;

XX - quando algum membro da Comissão retiver em seu poder papéis a ela pertencentes, adotar-se-á o seguinte procedimento:

a) frustrada a reclamação escrita do Presidente da Comissão, o fato será comunicado à Mesa Diretora;

b) o Presidente da Câmara fará apelo a este membro da Comissão no sentido de atender à reclamação, fixando-lhe para isso prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

c) se, vencido o prazo, não houver sido atendido o apelo, o Presidente da Câmara designará substituto na Comissão, para o membro faltoso, por indicação do Líder da bancada respectiva e mandará proceder à restauração do autos;

XXI - o membro da Comissão pode levantar questão de ordem sobre a ação ou omissão do órgão técnico que integra, mas somente depois de resolvida conclusivamente pelo seu Presidente poderá a questão ser levada, em grau de recurso, por escrito, ao Presidente da Câmara, sem prejuízo do andamento matéria em trâmite.

Art. 64. Encerrada a apreciação conclusiva da matéria pela última Comissão de mérito a que tenha sido distribuída, a proposição e respectivos pareceres serão mandados a publicação e remetidos à Mesa Diretora até a sessão subsequente, para serem anunciados na Ordem do Dia.

§ 1º Dentro de 5 (cinco) dias da publicação referida no "caput" poderá ser apresentado recurso de no mínimo 1/9 (um nono) dos membros da Casa.

§ 2º Durante a fluência do prazo recursal o avulso da Ordem do Dia de cada reunião deverá consignar a data final para interposição do recurso.

§ 3º O recurso, dirigido ao Presidente da Câmara e assinado por 1/9 (um nono), pelo menos, dos membros da Casa, deverá indicar expressamente, dentre a matéria apreciada pela Comissão, o que será objeto de deliberação pelo Plenário.

§ 4º Fluído o prazo sem interposição de recurso, ou improvido este, a matéria será enviada à redação final ou arquivada, conforme o caso.

§ 5º Aprovada a redação final pela Comissão competente, o projeto de lei torna à Mesa Diretora e, quando for o caso, deverá ser encaminhado ao Prefeito Municipal, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 65. Encerrada a apreciação pelas Comissões, da matéria sujeita deliberação do Plenário, ou na hipótese de ser provido o recurso mencionado no § 1º do artigo anterior, a proposição será enviada à Mesa Diretora e aguardará inclusão na Ordem do Dia.

SEÇÃO X

Da Fiscalização e Controle

Art. 66. Constituem atos ou fatos sujeitos à fiscalização e controle da Câmara Municipal, sua Mesa Diretora e Comissões:

I - os passíveis da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial referidas no art. 52 da Lei Orgânica Municipal;

II - os atos de gestão administrativa do Poder Executivo, incluídos os da administração direta e indireta, seja qual for a autoridade que os tenha praticado;

III - os atos do Prefeito e Vice- Prefeito e auxiliares diretos do Prefeito que importarem, tipicamente, em crime de responsabilidade;

IV - os de que trata o art. 287, deste Regimento.

Art. 67. A fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração direta e indireta, pelas Comissões, sobre matéria de competência destas, obedecerão às regras seguintes:

I - a proposta da fiscalização e controle poderá ser apresentada por qualquer membro ou Vereador à Comissão, com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada;

II - a proposta será relatada previamente, quanto à oportunidade e conveniência da medida e o alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação;

III - aprovado pela Comissão o relatório prévio, o mesmo relator ficará encarregado de sua implementação, sendo aplicável à hipótese o disposto no § 6º do art. 43, deste Regimento;

IV - o relatório final da fiscalização e controle, em termos de comprovação da legalidade do ato, avaliação política, administrativa, social e econômica de sua edição, e quanto à eficácia dos resultados sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, atenderá, no que couber, ao que dispõe o art. 44, deste Regimento.

§ 1º A Comissão, para a execução das atividades de que trata este artigo, poderá solicitar ao Tribunal de Contas do Estado as providências ou informações necessárias.

§ 2º Serão assinalados prazos não inferiores a 10 (dez) dias para cumprimento das convocações, prestação de informações, atendimento às requisições de documentos públicos e para a realização de diligências e perícias.

§ 3º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior, ensejará a apuração da responsabilidade do infrator, na forma da lei.

§ 4º Quando se tratar de documentos de caráter sigiloso, reservado ou confidencial, identificados com estas classificações, observar-se-á o prescrito no art. 101, deste Regimento.

SEÇÃO XI

Da Secretaria e das Atas

Art. 68. Incumbe à Secretaria da Câmara prestar serviços de apoio administrativo a cada Comissão.

Parágrafo único. Inclui nos serviços da Secretaria:

I - apoio aos trabalhos e redação da ata das reuniões;

II - a organização do protocolo de entrada e saída de matéria;

III - a sinopse dos trabalhos, com o andamento de todas as proposições em curso na Comissão;

IV - o fornecimento ao Presidente da Comissão, no último dia de cada mês, de informações sucintas sobre o andamento das proposições;

V - a organização dos processos legislativos na forma dos autos judiciais com a numeração das páginas por ordem cronológica, rubricadas pelo Presidente da Comissão onde foram incluídas;

VI - a entrega do processo referente a cada proposição ao relator, até o dia seguinte à distribuição;

VII - o acompanhamento sistemático da distribuição de proposições aos relatores e dos prazos regimentais, mantendo o Presidente constantemente informado a respeito;

VIII - o encaminhamento, ao órgão incumbido da sinopse, de cópia da ata das reuniões com as respectivas distribuições;

IX- a organização da súmula da jurisprudência dominante da Comissão, quanto aos assuntos mais relevantes, sob orientação de seu Presidente;

X - o desempenho de outros encargos determinados pelo Presidente.

Art. 69. Lida e aprovada, a ata de cada reunião da Comissão, será assinada pelo Presidente e rubricada em todas as folhas.

Parágrafo único. A ata será publicada no quadro da Câmara, de preferência no dia seguinte, e obedecerá, na sua redação, o padrão uniforme do qual conste o seguinte:

I - data, hora e local da reunião;

II - nomes dos membros presentes e dos ausentes, com expressa referência às faltas justificadas;

III - resumo do expediente;

IV - relação das matérias distribuídas, por proposições e relatores;

V - registro das proposições apreciadas e das respectivas conclusões.

SEÇÃO XII

Do Assessoramento Legislativo

Art. 70. A Mesa providenciará para que as Comissões contem com assessoramento e consultoria técnico-legislativa e especializada em suas áreas de competência, para o desempenho das suas atribuições.

TÍTULO III

Das Reuniões da Câmara

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 71 - As reuniões da Câmara serão:

I - preparatórias, as que precedem a inauguração dos trabalhos da Câmara em cada sessão legislativa;

II - ordinárias, as de qualquer sessão legislativa, realizadas às primeiras e terceiras segundas-feiras de cada mês e no dia útil subsequente quando caírem em feriado;

III - extraordinárias, as realizadas em dias e horários diversos dos prefixados, para as ordinárias;

IV - solenes, as realizadas para grandes comemorações ou homenagens especiais.

Art. 72. As reuniões ordinárias terão duração máxima de 4 (quatro) horas, iniciando-se às 18:15 horas (dezoito horas e quinze minutos).

Art. 73. As reuniões ordinárias compreendem:

I - Expediente, com duração improrrogável de 30 (trinta) minutos, destinado a:

- a) abertura da reunião;
- b) leitura de matéria oriunda do Executivo;
- c) leitura de matéria oriunda de terceiros;
- d) apresentação de proposições dos Vereadores;

II - Ordem do Dia, com duração de 60 (sessenta) minutos prorrogáveis, para apreciação da pauta da reunião;

III - Pequeno Expediente, com duração de 30 (trinta) minutos improrrogáveis, destinados aos oradores inscritos para breves comunicações ou comentários sobre a matéria apresentada;

IV - Grande Expediente, com duração de 60 (sessenta) minutos improrrogáveis, distribuídos igualmente entre os Vereadores inscritos para tratar de assuntos de interesse público;

V - Comunicações de Liderança, com duração de 30 (trinta) minutos improrrogáveis, destinados ao debate em torno de assuntos de relevância municipal;

VI - Comunicações Parlamentares, desde que haja tempo, destinada a representantes de Partidos, alternadamente, indicados pelos Líderes e aos Vereadores para Explicações Pessoais.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara poderá determinar, a fim de adequar os períodos de discussão e os debates e deliberações do Plenário, às necessidades da Casa, que a Ordem do Dia tenha duração de 120 (cento e vinte) minutos, abolindo-se o tempo destinado aos oradores do Grande Expediente.

Art. 74. O Presidente da Câmara, de ofício, ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos Vereadores ou requerimento do Prefeito Municipal, poderá convocar reuniões extraordinárias exclusivamente destinadas à discussão e votação das matérias constantes do ato de convocação, as quais não serão remuneradas.

*art. 74 com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 1º O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia da reunião extraordinária, que serão comunicados aos Vereadores pessoalmente, por telefone ou por qualquer meio eletrônico, tais como “e-mail” ou “watts app”, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito horas), exceto nos processos de cassação de mandatos eletivos que o prazo será de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas.

*§ 1º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas nos períodos de recesso legislativo, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias.

*§2º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 3º. *§3º revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 4º *§4º revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 5º *§5º revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 6º Se o Presidente não convocar a reunião extraordinária no período de recesso, requerida pelo Prefeito ou por três Vereadores, dentro de cinco dias, estes poderão convocá-la respeitando-se o prazo previsto no § 2º.

*§2º com a redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 75. Para efeito de desconto em caso de falta não justificada à reunião ordinária, dividir-se-á o subsídio mensal do Vereador pelo número de reuniões ordinárias, realizadas no mês.

Art. 76. As reuniões serão públicas, mas excepcionalmente poderão ser secretas, quando assim deliberado pelo Plenário, ou quando este Regimento o exigir.

Art. 77. Os servidores da Câmara serão convocados, a critério do Presidente da Câmara, quando seus serviços se tornarem necessários ao andamento dos trabalhos.

Art. 78. Poderá ser a reunião suspensa por conveniência da manutenção da ordem, não se computando o tempo da suspensão no prazo regimental.

Art. 79. A reunião da Câmara só poderá ser levantada, antes do prazo previsto para o término dos seus trabalhos, no caso de:

I - tumulto grave;

II - falecimento de Vereador, do Prefeito Municipal, de Juiz da Comarca, quando for decretado luto oficial ou outros conforme decisão, do Presidente;

III - presença nos debates de menos de 1/3 (um terço) dos membros da Casa.

Art. 80. O prazo da duração da reunião será prorrogável pelo Presidente, de ofício ou por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador, por tempo nunca superior a uma hora, para continuar a discussão e votação da matéria da Ordem do Dia, audiência de auxiliares diretos do Prefeito e homenagens, observando, neste último caso, o que dispõe o parágrafo único do art. 140, deste Regimento.

§ 1º O requerimento de prorrogação, que poderá ser apresentado à Mesa Diretora até o momento de o Presidente anunciar a Ordem do Dia da reunião seguinte, será verbal, prefixará o seu prazo, não terá discussão nem encaminhamento de votação e será votado pelo processo simbólico.

§ 2º O esgotamento da hora não interrompe o processo de votação, ou o de sua verificação, nem do requerimento obstado pelo surgimento de questões de ordem.

§ 3º Havendo matéria urgente, o Presidente poderá deferir requerimento de prorrogação de reunião.

§ 4º A prorrogação destinada a votação da matéria da Ordem do Dia só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º Se, ao ser requerida prorrogação de reunião, houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para submeter a votos o requerimento.

§ 6º Aprovada a prorrogação, não lhe poderá ser reduzido o prazo, salvo se encerrada a discussão e votação da matéria em debate.

§ 7º A reunião só poderá ser prorrogada somente uma única vez, pelo prazo máximo de 2 (duas) horas.

Art. 81. Serão observadas as seguintes regras, para a manutenção da ordem, respeito e austeridade nas reuniões:

I - só os Vereadores podem ter assento no recinto do Plenário, ressalvado o disposto no art. 85, §§ 1º e 2º, deste Regimento;

II - não será permitida conversação que perturbe a leitura de documento, chamada pra votação, comunicação da Mesa Diretora, discursos e debates;

III - o Presidente falará sentado e os demais Vereadores falarão de pé, a não ser se fisicamente impossibilitados;

IV - o orador usará da tribuna à hora do Grande Expediente ou durante as

discussões, podendo, porém, falar dos seus respectivos microfones sempre que, no interesse da ordem, o Presidente a isto não se opuser;

V - ao usar da palavra, o orador em nenhuma hipótese poderá fazê-lo de costas para a Mesa Diretora;

VI - a nenhum Vereador será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda e, somente após essa concessão, a Secretaria da Câmara iniciará o apanhamento do discurso;

VII - se o Vereador pretender falar ou permanecer na tribuna antiregimentalmente, o Presidente adverti-lo-á;

VIII - se apesar da advertência mencionada no inciso anterior, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;

IX - sempre que o Presidente der por findo o discurso, a Secretaria da Câmara deixará de registrá-lo;

X - se o Vereador perturbar a ordem ou o andamento regimental da reunião, o Presidente poderá censurá-lo oralmente ou, conforme a gravidade, promover a aplicação das sanções previstas neste Regimento;

XI - o Vereador ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente, ou aos Vereadores de um modo geral;

XII - referindo-se em discurso, a colega, o Vereador deverá fazer preceder o seu nome o tratamento de Senhor ou de Vereador;

XIII - quando em discurso, o Vereador se dirigir a um de seus colegas, deverá dar-lhe o tratamento de Excelência;

XIV - nenhum Vereador poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas do mesmo e, dos demais poderes, bem como das instituições de esfera federal, estadual ou municipal;

XV - não se poderá interromper o orador, salvo concessão especial do mesmo, para levantar questão de ordem ou para apartear-lo e, no caso de comunicação relevante que o Presidente tiver de fazer;

XVI - a qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do Plenário.

Art. 82. O vereador só poderá falar nos expressos termos deste Regimento:

I - para apresentar proposição;

II - para fazer comunicação ou versar assuntos diversos, à hora do Expediente;

III - sobre proposição em discussão;

IV - para questão de ordem;

V - para reclamação;

VI - para encaminhar a votação;

VII - a juízo do Presidente, para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer o que lhe for indevidamente atribuído como opinião pessoal.

Art. 83. Ao ser-lhe concedida a palavra, o Vereador que inscrito, não puder falar, entregará à Mesa Diretora discurso escrito para ser publicado pela Secretaria, dispensando-se a leitura, observadas as seguintes normas:

I - se a inscrição houver sido para o Pequeno Expediente, serão admitidos na conformidade deste artigo, discursos que não resultem em transcrição de qualquer matéria nem infrinjam o disposto no § 1º do art. 281, deste Regimento, e, desde que não ultrapasse, cada um, 3 (três) laudas datilografadas em espaço 2 (dois);

II - a publicação será feita pela ordem de entrega e, quando desatender às

condições fixadas no inciso anterior, o discurso será devolvido ao autor.

Art. 84. Nenhum discurso poderá ser interrompido salvo se findo o tempo a ele destinado ou, da parte da reunião em que deve ser proferido, e nas hipóteses dos arts. 78, 81, XV, 89, § 2º e 97, deste Regimento.

Art. 85. No recinto do Plenário, durante as reuniões, só serão admitidos os Vereadores e os funcionários da Câmara em serviço local.

§ 1º Nas reuniões solenes, quando permitido o ingresso de autoridades e convidados no recinto do Plenário, os convites serão feitos pelo Presidente, de maneira a assegurar, tanto aos convidados como aos Vereadores, lugares determinados.

§ 2º Haverá lugares na tribuna de honra reservados para autoridades, convidados, representantes de instituições públicas e entidades representativas específicas, a critério do Presidente.

§ 3º À imprensa e ao público será franqueado o acesso às galerias circundantes para assistirem às reuniões mantendo-se a incomunicabilidade da assistência com o recinto do Plenário.

CAPÍTULO II

Das Reuniões Públicas

SEÇÃO I

Do Expediente

Art. 86. À hora do início da reunião, os membros da Mesa Diretora e os Vereadores ocuparão os seus lugares.

§ 1º *§1º revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º Por determinação do Presidente, o Secretário procederá à chamada dos Vereadores pela ordem alfabética de seus nomes parlamentares, conferindo com a lista de presenças.

§ 3º Verificada a presença da maioria dos membros da Casa, o Presidente declarará aberta a reunião, proferindo as seguintes palavras: "Em nome do povo mateuslemense iniciamos nossos trabalhos".

*§3º com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 4º Não se verificando o "quorum" de presença, o Presidente aguardará por 15 (quinze) minutos que ele se complete, sendo o retardamento deduzido do tempo destinado ao Expediente e, persistindo a falta de número, o Presidente declarará que não haverá reunião, determinando a atribuição de falta aos ausentes, para os efeitos legais.

Art. 87. *art. 87 revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Parágrafo único - *Parágrafo Único revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 88. Aberta a sessão pelo Presidente da Câmara, o Secretário fará a leitura da ata da reunião anterior, procedendo na forma do art. 110 e seus §§, deste Regimento.

*art. 88 com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Parágrafo único. De imediato, o Secretário procederá à leitura da matéria do Expediente, abrangendo e, na ordem que se segue:

I - expediente recebido do Prefeito Municipal;

II - a correspondência em geral, as petições e outros documentos recebidos pelo Presidente ou pela Mesa Diretora, de interesse do Plenário;

III - comunicações enviadas à Mesa Diretora pelos Vereadores.

SEÇÃO II Da Ordem do Dia

Art. 89. Findo o Expediente, por se ter esgotado o tempo ou pelo término das comunicações, tratar-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia, sendo previamente verificado o número de Vereadores presentes no recinto do Plenário, para o mesmo efeito do que prescreve o § 4º, deste artigo.

§ 1º O Presidente dará conhecimento da existência de projetos de lei:

I - sujeitos a deliberação do Plenário, para o caso de oferecimento de emendas, na forma do art. 139, deste Regimento.

§ 2º Havendo matéria a ser votada e número legal para deliberar, proceder-se-á imediatamente à votação, interrompendo-se o orador que estiver na tribuna.

§ 3º Não havendo matéria a ser votada, ou se inexistir "quorum" para votação ou, ainda, se sobrevier a falta de "quorum" durante a Ordem do Dia, o Presidente anunciará o debate das matérias em discussão.

§ 4º Ocorrendo verificação de "quorum" e se comprovada presenças suficientes em Plenário, o Presidente determinará a atribuição de faltas aos ausentes, para os efeitos legais.

§ 5º A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, às ausências em reuniões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, assim considerada a que for aprovada pelas bancadas ou suas lideranças e comunicada à Mesa Diretora.

Art. 90. Presente em Plenário a maioria absoluta de Vereadores, mediante verificação de "quorum", dar-se-á início à apreciação da pauta, na seguinte ordem:

I - redações finais;

II - requerimentos de urgência;

III - requerimentos de Comissões sujeitos a votação;

IV - requerimentos de Vereadores dependentes de votação imediata;

V - matérias constantes da Ordem do Dia, de acordo com as regras de preferência estabelecidas no Capítulo IX do Título V, deste Regimento.

Parágrafo único. A ordem estabelecida no "caput" poderá ser alterada ou interrompida:

I - para posse dos Vereadores;

II - em caso de aprovação de requerimento de:

a) preferência;

b) adiamento;

c) retirada da Ordem do Dia;

d) inversão de pauta.

Art. 91. O tempo reservado à Ordem do Dia poderá ser prorrogado pelo Presidente, de ofício, ou pelo Plenário, a requerimento verbal de qualquer Vereador, por prazo não excedente a trinta minutos ou, na hipótese do art. 81, deste Regimento, a sessenta minutos.

Art. 92. Findo o tempo da Ordem do Dia, o Presidente anunciará em termos gerais a Ordem do Dia da reunião de deliberação seguinte e eventuais alterações da programação, na conformidade do parágrafo único do art 73 e do art. 74, deste Regimento, dando-se ciência da pauta respectiva às lideranças.

Parágrafo único. Não será designada Ordem do Dia para a primeira reunião plenária de cada sessão legislativa.

Art. 93. O Presidente organizará a Ordem do Dia com base na agenda mensal da Secretaria e observância do que dispõem os arts. 90 e 160, III, para ser publicada pela Secretaria e distribuirá em avulsos antes de iniciar-se a reunião respectiva.

§ 1º Cada grupo de projetos referidos no § 1º do art.172, deste Regimento, será iniciado pelas proposições em votação e, entre as matérias de cada um, têm preferência na colocação as emendas da Câmara a proposições do Executivo, seguidas pelas proposições da Câmara em turno único, segundo turno, primeiro turno e apreciação preliminar.

§ 2º Constarão da Ordem do Dia as matérias não apreciadas da pauta da reunião ordinária anterior, com precedência sobre outras dos grupos a que pertençam.

§ 3º A proposição entrará em Ordem do Dia desde que em condições regimentais e com os pareceres das Comissões a que foi distribuída.

SEÇÃO III Do Pequeno Expediente

Art. 94. Esgotados o prazo ou a matéria da Ordem do Dia, passar-se-á ao Pequeno Expediente, destinado aos Vereadores, inscritos para breves comunicações ou comentários sobre a matéria apresentada.

§ 1º Cada Vereador poderá falar por cinco minutos improrrogáveis, não sendo permitidos apartes

§ 2º Sempre que um Vereador tiver comunicação a fazer à Mesa ou ao Plenário, deverá fazê-lo oralmente, ou redigí-la para publicação pela Secretaria.

§ 3º A comunicação por escrito não pode ser feita com a juntada ou transcrição de documentos.

§ 4º O Vereador que, chamado a falar, não se apresentar, perderá a prerrogativa a que se refere o parágrafo anterior.

§ 5º As inscrições que não puderem ser atendidas, em virtude do levantamento ou não realização da reunião, transferir-se-ão para a reunião ordinária seguinte.

SEÇÃO IV Do Grande Expediente

Art. 95. Findo o Pequeno Expediente por esgotado o prazo ou por falta de oradores, será concedida a palavra aos Vereadores inscritos para o Grande Expediente, em ordem cronológica de inscritos, sendo o tempo distribuído igualmente entre os inscritos para tratar de assuntos exclusivamente de ordem pública.

§ 1º Em caso de haver apenas um ou dois inscritos, o prazo máximo para cada orador, é de trinta minutos, incluídos neste tempo os apartes.

§ 2º Ficará automaticamente assegurada a oportunidade de falar, na reunião seguinte, ao Vereador, inscrito que não for chamado, quando:

I - por qualquer motivo, a reunião não se realizar, for suspensa ou encerrada antes da hora;

II - o horário destinado ao Grande Expediente estiver reservado a homenagens especiais, ou comparecimento de auxiliares diretos do Prefeito.

§ 3º Ao orador que for interrompido pelo esgotamento da hora do

expediente, ou pelo levantamento da reunião será assegurado o direito ao uso da palavra em primeiro lugar na reunião seguinte, para completar o tempo concedido na reunião anterior.

Art. 96. A Câmara poderá destinar o Grande Expediente para comemorações de alta significação municipal, ou interromper para a recepção, em Plenário, de altas personalidades, desde que assim resolva o Plenário.

SEÇÃO V

Da Comissão Geral

Art. 97. A reunião plenária da Câmara será transformada em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, para:

I - debate de matéria relevante, por proposta conjunta dos Líderes, ou a requerimento de um terço da totalidade dos membros da Câmara;

II - discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

III - comparecimento de auxiliar direto do Prefeito.

§ 1º Na hipótese do inciso II, poderá usar da palavra qualquer signatário do projeto, ou Vereador, indicado pelo respectivo autor, por quinze minutos, sem apartes, observando-se para o debate as disposições contidas nos §§ 1º e 4º do art. 252, deste Regimento.

§ 2º Alcançada a finalidade da Comissão Geral, a reunião plenária terá andamento a partir da fase em que, ordinariamente, se encontravam os trabalhos.

CAPÍTULO III

Das Reuniões Secretas

Art. 98. A reunião secreta será convocada, com a indicação precisa de seu objetivo:

I - automaticamente, a requerimento escrito de Comissão, para tratar de matéria de sua competência, ou de, pelo menos, um terço da totalidade dos membros da Câmara, devendo o documento permanecer em sigilo até ulterior deliberação do Plenário;

II - por deliberação do Plenário, quando o requerimento for subscrito por Líder ou um quinto dos membros da Câmara.

Parágrafo único - *Parágrafo Único revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

I -*inciso I revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019;

II - -*inciso II revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019;

III --*inciso III revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019;.

Art. 99. Para iniciar-se a reunião secreta, o Presidente fará sair do recinto das tribunas, da galeria e demais dependências anexas, as pessoas estranhas aos trabalhos, inclusive os funcionários da Casa, sem prejuízo de outras cautela que a Mesa Diretora adotar, no sentido de resguardar o sigilo, caso a reunião secreta tenha interrompido a reunião pública.

§ 1º Reunida a Câmara em reunião secreta, deliberar-se-á preliminarmente, salvo na hipótese do parágrafo único do artigo anterior, se a matéria que motivou a convocação deve ser tratada sigilosa ou publicamente.

§ 2º O debate mencionado no parágrafo precedente não pode

exceder vinte minutos, nem cada Vereador ocupará a tribuna por mais de cinco minutos.

Art. 100. Antes de encerrar-se a reunião secreta, a Câmara resolverá se o requerimento de convocação, os debates e deliberações, no todo, ou em parte deverão constar da ata pública, ou fixará o prazo em que devam ser mantidos sigilo.

Parágrafo único. A resolução mencionada neste artigo deverá ser tomada em dez minutos, e cada Vereador interessado na discussão não poderá ocupar tribuna por mais de dois minutos.

Art. 101. Antes de levantada a reunião secreta, a ata respectiva será aprovada e, juntamente com os documentos que a ela se referirem, encerrada em invólucro lacrado, etiquetado, datado e rubricado pelos membros da Mesa Diretora e, em seguida, recolhida ao arquivo.

Art. 102. Será permitido a Vereador e auxiliar direto do Prefeito que houver participado dos debates, reduzir seu discurso a escrito, para ser arquivado num segundo envelope igualmente lacrado, que se anexará ao invólucro mencionado no artigo anterior, desde que o interessado o prepare em prazo não excedente de doze horas.

Art. 103 - Somente poderão assistir às reuniões secretas do Plenário:

I - Vereadores;

II- auxiliares diretos do Prefeito, quando convocados;

III- testemunhas chamadas a depor nessas reuniões, apenas durante o tempo necessário.

CAPÍTULO IV **Das Reuniões Solenes**

Art. 104. A Câmara poderá realizar reunião solene para comemorações especiais ou recepção de altas personalidades, a juízo do Presidente ou por deliberação do Plenário, mediante requerimento de um terço dos Vereadores, atendendo-se que:

I - em reunião solene, poderão ser admitidos convidados à Mesa e ao recinto do Plenário;

II - a reunião solene, que independe de número, será convocada em reunião ou através da Secretaria e, nela, só poderão usar da palavra os oradores previamente designados pelo Presidente.

Parágrafo único. Tratando-se de congressista da Legislatura, chefe de um dos Poderes em qualquer esfera, ou Prefeito de Município com o qual Mateus Leme mantenha estreitas relações, as homenagens poderão ser prestadas no Grande Expediente das reuniões ordinárias.

CAPÍTULO V **Da Interpretação e da Observância do Regimento** **SEÇÃO I** **Das Questões de Ordem.**

Art. 105. Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática exclusiva, ou relacionada com as Constituições Federal e Estadual e a Lei Orgânica, bem como de outros textos legais.

§ 1º Durante a Ordem do Dia só poderá ser levantada questão de

ordem atinente, diretamente, à matéria que nela figure.

§ 2º Nenhum Vereador poderá exceder o prazo de três minutos para formular questão de ordem, nem falar sobre a mesma mais de uma vez.

§ 3º No momento da votação, ou quando se discutir e votar redação final, a palavra para formular questão de ordem só poderá ser concedida uma vez ao relator, e uma vez a outro Vereador, de preferência ao autor da proposição principal ou acessória em votação.

§ 4º A questão de ordem deve ser objetiva e claramente formulada, com a indicação precisa das disposições regimentais, constitucionais ou sobre a Lei Orgânica, cuja observância se pretenda elucidar e referir-se à matéria tratada na ocasião.

§ 5º Se o vereador não indicar, inicialmente, as disposições em que se assenta a questão de ordem, enunciando-as, o Presidente não permitirá a sua permanência na Tribuna e determinará a exclusão, da ata, das palavras por ele pronunciadas.

§ 6º Depois de falar somente o autor e outro Vereador que contra - argumente, a questão de ordem será resolvida pelo Presidente da reunião, não sendo lícito ao Vereador opor-se à decisão ou criticá-la na reunião em que for proferida.

§ 7º O vereador que quiser comentar, criticar a decisão do Presidente, ou, contra ela protestar poderá fazê-la na reunião seguinte, tendo preferência para uso da palavra, durante dez minutos, à hora do Pequeno Expediente.

§ 8º O Vereador, em qualquer caso, poderá recorrer da decisão da Presidência para o Plenário, sem efeito suspensivo, ouvindo-se a Comissão de Justiça e de Redação, que terá o prazo máximo de vinte e quatro horas para se pronunciar.

§ 9º Publicado o parecer da Comissão pela Secretaria, o recurso será submetido a reunião seguinte ao Plenário.

§ 10. Na hipótese dos dois parágrafos anteriores, o Vereador, com o apoio de um terço dos presentes, poderá requerer que o Plenário decida, de imediato, sobre o efeito suspensivo do recurso.

§ 11. As decisões sobre questão de ordem serão registradas e indexadas em livro especial, a que se dará anualmente ampla divulgação e a Mesa Diretora elaborará projeto de resolução propondo, se for o caso, as alterações regimentais delas decorrentes, para apreciação em tempo hábil, antes de findo um biênio.

SEÇÃO II **Das Reclamações**

Art. 106. Em qualquer fase da reunião da Câmara ou de reunião de Comissão, poderá ser usada a palavra para reclamação, restrita durante a Ordem do Dia à hipótese do parágrafo único do art. 61, deste Regimento, ou às matérias que nela figurem.

§ 1º O uso da palavra, no caso da reunião da Câmara, destina-se exclusivamente a reclamação quanto à observância de expressa disposição regimental, ou relacionada com o funcionamento dos serviços administrativos da Casa, na hipótese prevista no art. 294, deste Regimento.

§ 2º O membro de Comissão pode formular reclamação sobre ação

ou omissão do órgão técnico que integre, somente depois de resolvida, conclusivamente, pelo seu Presidente, poderá o assunto ser levado, em grau de recurso, por escrito ou oralmente, ao Presidente da Câmara ou ao Plenário.

§ 3º Aplicam-se às reclamações as normas referentes às questões de ordem, constantes dos §§ 1º ao 7º do artigo precedente.

CAPÍTULO VI **Da Tribuna Livre**

Art. 107. A Tribuna Livre consiste no uso da palavra por representação popular na Tribuna da Câmara por dez minutos, improrrogáveis, durante o Expediente, na primeira reunião ordinária.

§ 1º Só será permitido o uso da Tribuna Livre aos cidadãos Mateus-lemenses de reputação ilibada, mediante requerimento assinado pelo mesmo, no qual indicará a matéria da pauta a ser tratada.

§ 2º O deferimento ou não do pedido é da competência do Presidente, que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para fazê-lo.

§ 3º O requerimento deverá ser protocolado na Secretaria da Câmara até 24 (vinte e quatro) horas antes da reunião, mencionada no "caput".

Art. 108. O usuário da palavra, enquanto no Plenário, sujeitar-se-á às normas deste Regimento no referente aos debates e, a questões de ordem, será advertido pelo Presidente quanto ao contido no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O orador não poderá ser aparteado durante sua fala, não poderá usar de linguagem atentatória às instituições e autoridades constituídas e, por questões de ética, deverá permanecer no recinto do Plenário até se esgotarem os pronunciamentos do Pequeno e Grande Expediente.

CAPÍTULO VII **Da Ata**

Art. 109. Lavrar-se-á ata com a sinopse dos trabalhos de cada reunião, cuja redação obedecerá a padrão uniforme adotado pela Mesa Diretora. .

§ 1º As atas impressas ou datilografadas serão organizadas em Anais, por ordem cronológica, encadernadas por sessão legislativa e recolhidas ao arquivo da Câmara.

§ 2º Da ata constará a lista nominal de presença e de ausência às reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara.

§ 3º A ata da última reunião, ao encerrar-se a sessão legislativa, será redigida, em resumo, e submetida a discussão e aprovação, presente qualquer número de Vereadores, antes de levantar a reunião,

§ 4º As informações, proposições, documentos ou discursos serão somente indicados na ata, com a declaração do objeto a que se referirem, salvo se a transcrição integral em proposição ou discurso for autorizada por 2/3 (dois terços) dos membros presentes no Plenário, a requerimento do autor ou do orador.

§ 5º A transcrição de declaração de voto, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deverá ser requerida ao Presidente, que não poderá negá-la.

Art. 110. A ata da reunião anterior ficará à disposição dos Vereadores para verificação até 8 (oito) horas antes da reunião.

§ 1º Ao iniciar-se reunião com número regimental, o Presidente submeterá a ata à discussão e votação.

§ 2º Cada Vereador poderá falar uma única vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugná-la.

§ 3º Feita a impugnação ou solicitada a retificação da ata, o Plenário deliberará a respeito e, se aceita a impugnação, será a mesma retificada, ou lavrada uma nova ata, quando for o caso.

§ 4º Aprovada a ata, será assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos Vereadores presentes à reunião.

TÍTULO IV
Das Proposições
CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 111. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara.

§ 1º As proposições poderão consistir em:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica;

II - projeto:

- a) de Lei Complementar;
- b) de Lei Ordinária;
- c) de Decreto Legislativo;
- d) de Resolução;

III - emenda;

IV - indicação;

V - requerimento;

VI - recurso;

VII - parecer;

VIII - proposta de fiscalização e controle;

IX - veto à proposição de Lei;

X - moção.

§ 2º Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos concisos, subscrita e rubricada em todas as folhas pelo autor e demais signatários, se houver e, protocolada na Secretaria da Câmara.

§ 3º Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa, ou dela decorrente.

Art. 112. A apresentação de proposição será feita:

I - perante Comissão, no caso de proposta de fiscalização e controle, ou quando se tratar de emenda ou subemenda, limitadas à matéria de sua competência, nos termos do § 2º do art. 138, deste Regimento;

II - em Plenário, salvo quando regimentalmente deva ou possa ocorrer em outra fase da reunião:

a) durante os primeiros dez minutos da Ordem do Dia, para as proposições em geral;

b) no momento em que a matéria respectiva for anunciada, para os requerimentos que digam respeito a:

1 - retirada de proposição constante da Ordem do Dia, com pareceres favoráveis, ainda que pendente do pronunciamento de outra Comissão de mérito;

2 - discussão de uma proposição em partes; dispensa, adiamento ou

encerramento de discussão;

3 - adiamento de votação; votação por determinado processo; votação global ou parcelada;

4 - destaque de dispositivo ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado ou constituição de proposição autônoma;

5 - dispensa de divulgação da redação final, para imediata deliberação do Plenário;

III - a Mesa Diretora, quando se tratar de iniciativa do Executivo, ou de cidadãos.

Art. 113. A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente.

§ 1º Consideram-se autores da proposição, para efeitos regimentais todos os seus signatários.

§ 2º As atribuições ou prerrogativas regimentais conferidas ao autor serão exercidas em Plenário por um só dos signatários da proposição, regulando-se a precedência segundo a ordem em que a subscreveram.

§ 3º O “quorum” para iniciativa coletiva das proposições, exigido pelo, Regimento ou pela Lei Orgânica, pode ser obtido através das assinaturas de cada Vereador, ou, quando expressamente permitido, de Líder ou Líderes, representando estes últimos, exclusivamente, o número de Vereadores de sua legenda partidária ou parlamentar, na data da apresentação da proposição.

§ 4º Nos casos em que as assinaturas de uma proposição sejam necessárias ao seu trâmite, não poderão ser retiradas ou acrescentadas após respectiva publicação ou, em se tratando de requerimento, depois, de sua apresentação à Mesa Diretora.

Art. 114. A proposição poderá ser fundamentada por escrito ou verbalmente pelo autor e, em se tratando de iniciativa coletiva, pelo primeiro signatário ou quem este indicar, mediante prévia inscrição junto à Mesa Diretora.

Parágrafo único. O relator de proposição, de ofício ou a requerimento do autor, fará juntar ao respectivo processo a justificção oral, extraída da ata da Secretaria.

Art. 115. A retirada de proposição, em qualquer fase do seu andamento, será requerida pelo autor ao Presidente da Câmara que, tendo obtido informações necessárias, deferirá o pedido.

§ 1º No caso de iniciativa coletiva, a retirada será feita a requerimento de, pelo menos, metade mais um dos subscritores da proposição.

§ 2º A proposição de Comissão ou da Mesa Diretora só poderá ser retirada a requerimento de seu Presidente, com prévia autorização do Plenário.

§ 3º A proposição retirada na forma deste artigo não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

§ 4º Às proposições de iniciativa do Executivo ou de cidadãos, aplicar-se-á a mesma regra do “caput” deste artigo.

Art. 116. Finda a Legislatura, arquivar-se-ão todas proposições que, no seu decurso, tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as:

I - com pareceres favoráveis de todas as comissões;

II - já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;

III - iniciativa popular;

IV - de iniciativa do Executivo.

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do autor, ou autores, dentro da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

Art. 117. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa Diretora fará reconstituir o respectivo processo pelos meios ao seu alcance para a tramitação ulterior.

Art. 118. A publicação de proposição pela Secretaria, quando de volta das Comissões, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

I - o autor e o número de autores da iniciativa, que se seguirem ao primeiro, ou de assinaturas de apoio;

II - os turnos a que está sujeita;

III - a ementa;

IV - a conclusão dos pareceres, se favoráveis ou contrários, e com emendas ou substitutivos;

V - a existência, ou não, de votos em separado, ou vencidos, com os nomes de seus autores;

VI - a existência, ou não, de emendas, relacionadas por grupos, conforme os respectivos pareceres;

VII - outras indicações que se fizerem necessárias.

Parágrafo único. Deverá constar da publicação a proposição inicial, com a respectiva justificação: os pareceres, com os respectivos votos em separado; as declarações de voto e a indicação dos Vereadores que votaram a favor e contra; as emendas na íntegra, com as suas justificações e respectivos pareceres; as informações oficiais porventura prestadas acerca da matéria, e outros documentos que qualquer Comissão tenha julgado indispensáveis à sua apreciação.

CAPÍTULO II

Dos Projetos

Art. 119. A Câmara dos Vereadores exerce a sua função legislativa por via de projeto de lei ordinária, complementar, de decreto legislativo ou de resolução, além da proposta de emenda à Lei Orgânica.

Art. 120. Destinam-se os projetos:

I - de lei ordinária e complementar a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Prefeito Municipal;

II - do decreto legislativo a regular as matérias de exclusiva competência do Poder legislativo, sem a sanção do Prefeito Municipal;

III - de resolução a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias de competência privativa da Câmara, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos como:

a) perda de mandato de Vereador;

b) criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;

c) conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito;

d) conclusões de Comissão Permanente sobre proposta de fiscalização e controle;

e) conclusões sobre as petições, representações ou reclamações da sociedade civil; f) matéria de natureza regimental;

g) assuntos de sua economia interna e dos serviços administrativos.

§ 1º As leis complementares são as definidas no parágrafo único do art. 44 da Lei Orgânica Municipal.

§ 2º A iniciativa de projetos de Lei na Câmara será:

- I - de Vereadores, individual ou coletivamente;
- II – de Comissão ou da Mesa Diretora;
- III - do Prefeito Municipal;
- IV - dos cidadãos.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo e de resolução podem ser apresentados por qualquer Vereador ou Comissão, quando não sejam de iniciativa privativa da Mesa Diretora ou de outro colegiado específico.

Art. 121. A matéria constante de projeto de lei rejeitada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, no máximo duas vezes, com intervalo de sessenta dias.

Art. 122. Os projetos deverão ser divididos em artigos numerados, redigidos de forma concisa e clara, precedidos sempre da respectiva ementa.

§ 1º O projeto será apresentado em duas vias:

I - uma, subscrita pelo autor e demais signatários, se houver, destinada ao arquivo da Câmara;

II - uma, autenticada em cada página pelo autor ou autores, com as assinaturas, por cópia, de todos os que o subscreverem, remetida à Comissão, ou Comissões, a que tenha sido distribuído;

III - os Vereadores deverão receber, antes da votação do Projeto, uma cópia do mesmo, para melhor apreciação.

§ 2º Cada projeto deverá conter, simplesmente, a enunciação da vontade legislativa, de conformidade com o § 3º do art.111, deste Regimento, aplicando-se, caso contrário, o disposto no art. 154, § 1º, ou no art. 63, III, deste Regimento.

§ 3º Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais matérias diversas.

Art. 123. Os projetos que forem apresentados sem observância dos preceitos fixados no artigo anterior e seus parágrafos, bem como os que explícita ou implicitamente contenham referências a lei, artigo de lei, decreto ou regulamento, contrato ou concessão, ou qualquer ato administrativo e não se façam acompanhar de sua transcrição, ou, por qualquer modo se demonstrem incompletos e sem esclarecimentos, só serão enviados às Comissões, cientes os autores do retardamento, depois de completada sua instrução.

CAPÍTULO III

Dos Projetos de Cidadania Honorária e Mérito Municipal

Art. 124. Os projetos concedendo títulos de Cidadania Honorária e Mérito Municipal serão apreciados por uma Comissão Especial de três membros, constituída na forma deste Regimento.

§ 1º A Comissão tem o prazo de quinze dias para apresentar seu parecer, dela não podendo fazer parte o autor do projeto nem os componentes da Mesa Diretora.

§ 2º O prazo de quinze dias é comum aos membros da Comissão,

tendo cada um cinco dias, para emitir seu voto.

Art. 125. Os pareceres e votos emitidos aos projetos deste Capítulo, têm a sua conclusão divulgada em Plenário pelo relator da Comissão.

Art. 126. A entrega do Título é feito em reunião solene da Câmara Municipal.

Art. 127. Os títulos de que tratam os artigos anteriores, somente serão concedidos a pessoas ou entidades filantrópicas sem fins lucrativos que tenham prestado relevantes serviços comprovados, ao município de Mateus Leme.

*art. 127 com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019;

Art. 128. Se tratando de projeto de cidadania honorária, o autor deverá fazer acompanhar do projeto o currículo vitae do apreciado.

Art. 129. O título de Mérito Municipal, será representado por medalha especial.

Art. 130. O Título de Cidadão Honorário, será representado por diploma especial.

Art. 131. Os projetos concedendo Título de Cidadania Honorária e Mérito Municipal, dependerão de aprovação de dois terços dos membros da Câmara.

CAPÍTULO IV

Dos requerimentos

SEÇÃO I

Sujeitos a Despacho Apenas do Presidente

Art. 132. Serão verbais ou escritos, e imediatamente despachados pelo Presidente, os requerimentos que solicitem:

I - a palavra, ou a desistência desta;

II - permissão para falar sentado, ou da bancada;

III - leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV - observância de dispositivo regimental;

V - retirada, pelo autor, de requerimento;

VI - retirada, pelo autor, de proposição com parecer contrário, sem parecer, ou apenas com parecer de admissibilidade;

VII - verificação de votação;

VIII - informações sobre a ordem dos trabalhos, a agenda mensal ou a Ordem do Dia;

IX - prorrogação de prazo para o orador na tribuna;

X - dispensa do avulso para a imediata votação da redação final já publicada;

XI - requisição de documentos;

XII - preenchimento de lugar em Comissão;

XIII - inclusão em Ordem do Dia, de proposição com parecer em condições regimentais de nela figurar;

XIV - reabertura de discussão de projeto encerrada em sessão legislativa anterior;

XV - esclarecimento sobre ato da administração ou economia interna da Câmara;

XVI - licença a Vereador nos termos do § 3º do art. 269, deste Regimento.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento e a pedido do autor, o Plenário será consultado, sem discussão nem encaminhamento de votação, que será feita

pelo processo simbólico.

SEÇÃO II

Sujeitos a Despacho do Presidente, Ouvida a Mesa

Art. 133. Serão escritos e despachados no prazo de seis dias, pelo Presidente, ouvida a Mesa e publicados com a respectiva decisão, os requerimentos que solicitem:

I - informação a auxiliar direto do Prefeito;

II- inserção, nos Anais da Câmara, de informações, documentos ou discurso de representante de outro Poder, quando não lidos integralmente pelo orador que a eles fez. remissão.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, caberá recurso ao Plenário dentro de dois dias, a contar da publicação do despacho indeferitório.

§ 2º O recurso será decidido na primeira reunião posterior pelo processo simbólico, sem discussão, sendo permitido o encaminhamento de votação pelo autor do requerimento e pelos Líderes, por cinco minutos cada um.

Art. 134. Os pedidos escritos de informação a auxiliar direto do Prefeito, importando em crime de responsabilidade, a recusa ou não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhadas pelo Secretário da Mesa Diretora, observadas as seguintes regras:

I - apresentado requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Vereador interessado, caso não tenha sido publicado, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição;

II - os requerimentos de informação somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência das Secretarias Municipais, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Plenário ou das Comissões da Câmara;

b) sujeito à fiscalização e controle da Câmara ou de suas Comissões;

c) pertinentes às atribuições da Câmara;

III - não cabem em requerimento de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos de autoridade a que se dirige;

IV - a Mesa Diretora tem a faculdade de recusar requerimento de informação formulado de modo inconveniente, ou que contrarie o disposto neste artigo, sem prejuízo do recurso mencionado no § 1º do art. 133, deste Regimento.

§ 1º Por matéria legislativa em trâmite entende-se a que seja objeto de proposta de emenda à Lei Orgânica, de projeto de lei, de resolução, ou de decreto legislativo em fase de apreciação pela Câmara, pelas Comissões ou pela Mesa Diretora.

§ 2º Constituem-se atos ou fatos sujeitos à fiscalização e controle da Câmara, de sua Mesa e Comissões os definidos no art. 66, deste Regimento.

SEÇÃO III

Sujeitos a Deliberação do Plenário

Art. 135. Serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados neste artigo e os que solicitem:

- I - representação da Câmara por Comissão Externa;
- II - convocação de auxiliar direto do Prefeito perante o Plenário;
- III - -*inciso III revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019
- IV - reunião extraordinária;
- V - reunião secreta;
- VI - não realização de reunião em determinado dia;
- VII - retirada da ordem do dia de proposição com pareceres favoráveis ainda que pendente do pronunciamento de outra Comissão de mérito;
- VIII - prorrogação de prazo para a apresentação de parecer por qualquer Comissão;
- IX - audiência de Comissão, quando formulado por Vereador;
- X - destaque de parte de proposição principal ou acessória, ou de proposição acessória integral, para ter andamento como proposição independente;
- XI - adiamento de discussão ou de votação;
- XII - encerramento de discussão;
- XIII - votação por determinado processo;
- XIV - votação de proposição, artigo por artigo, ou de emendas, uma a uma;
- XV - urgência, na forma do art. 167, deste Regimento;
- XVI - preferência;
- XVII - prioridade;
- XVIII - voto de pesar;
- XIX - voto de regozijo ou louvor.

§ 1º Os requerimentos previstos neste artigo não sofrerão discussão só poderão ter sua votação encaminhada pelo autor e pelos Líderes, por cinco minutos cada um, e serão decididos pelo processo simbólico.

§ 2º O requerimento que objetive manifestação de regozijo ou louvor, deve limitar-se a acontecimentos de alta significação municipal.

CAPÍTULO V **Das Moções**

Art. 136. Moção é a proposição que sugere a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, através de:

- I - aplauso;
- II - solidariedade ou apoio;
- III - apelo;
- IV - protesto ou repúdio.

§ 1º A moção deverá ser subscrita por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 2º Após a leitura, a moção será encaminhada às Comissões competentes para que emitam seus respectivos pareceres e, posteriormente, despachada à pauta da Ordem do Dia da reunião ordinária seguinte.

CAPÍTULO VI **Das Emendas**

Art. 137. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra,

sendo a principal qualquer uma dentre as referidas nas alíneas “a” e “e” do inciso I do art.155, deste Regimento.

§ 1º As emendas são:

I - supressivas;

II - substitutivas;

III - modificativas ou

IV - aditivas.

§ 2º Emenda supressiva é a que manda erradicar qualquer parte de outra proposição.

§ 3º Emenda substitutiva é a apresentada como sucedânea a parte de outra proposição, denominando-se "substitutivo" quando a alterar substancial ou formalmente, em seu conjunto; considerando-se formal a alteração que vise exclusivamente ao aperfeiçoamento da técnica legislativa.

§ 4º Emenda modificativa é a que altera a proposição sem a modificar substancialmente.

§ 5º. Emenda aditiva é a que se acrescenta a outra proposição.

§ 6º Denomina-se subemenda a emenda apresentada em Comissão a outra emenda e que pode ser, por sua vez, supressiva, substitutiva ou aditiva, desde que não incida a supressiva, sobre emenda com a mesma finalidade.

§ 7º Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

Art. 138. As emendas serão apresentadas diretamente à Comissão, a partir do recebimento da proposição principal, até 24 (vinte e quatro) horas do término dos prazos previstos no art. 59, deste Regimento:

I - por qualquer Vereador, individualmente e, se for o caso, com o apoio necessário, quando se tratar da Comissão incumbida do exame de admissibilidade, ou da que primeiro deva proferir parecer de mérito sobre a matéria;

II - por qualquer de seus membros, individualmente e, se for o caso, com o apoio necessário, quando se tratar de subsequente Comissão de mérito a que a matéria for distribuída.

§ 1º Toda vez que uma proposição receber emendas ou substitutivos, qualquer Vereador até o término da discussão da matéria, poderá requerer reexame da admissibilidade pelas Comissões competentes, apenas quanto, à matéria nova que altere o projeto em seu aspecto constitucional, legal ou jurídico ou no relativo a sua adequação financeira ou orçamentária; a própria Comissão onde a matéria estiver sendo apreciada decidirá sobre o requerimento, cabendo dessa decisão recurso ao Plenário da Casa, o qual ficará retido no processo.

§ 2º A emenda somente será tida como de Comissão, para efeitos posteriores, se versar matéria de seu campo temático ou área de atividade, e for por ela aprovada.

§ 3º A apresentação de substitutivo por Comissão constitui atribuição da que for competente para opinar sobre o mérito da proposição, exceto quando se destinar a aperfeiçoar a técnica legislativa, caso em que a iniciativa será da Comissão de Justiça e de Redação.

Art. 139. As emendas do Plenário serão apresentadas:

I - durante a discussão em apreciação preliminar, turno único ou primeiro turno, por qualquer Vereador ou Comissão;

II - durante a discussão em segundo turno:

a) por Comissão, se aprovada pela maioria absoluta de seus membros

b) desde que subscrita por 1/3 (um terço) dos membros da Casa, ou Líderes que representem este número;

III - na redação final, até o início da sua votação, observado o “quorum” previsto nas alíneas “a” e “b” do inciso anterior.

§ 1º Somente será admitida emenda à redação final para evitar lapso formal, incorreção de linguagem ou defeito de técnica legislativa, sujeita às mesmas formalidades regimentais e de mérito.

§ 2º Quando a redação final for de emendas de Vereador a proposta de emenda à Lei Orgânica, ou a projeto oriundo da Mesa Diretora, só se admitirão emendas de redação a dispositivo emendado e as que decorram de emendas aprovadas.

§ 3º As proposições urgentes, ou que se tomarem urgentes em virtude de requerimento, só receberão emendas de Comissão ou subscritas por um quinto dos membros da Câmara ou por Líderes que representem este número, desde que apresentadas em Plenário até o início da votação da matéria.

Art. 140. As emendas de Plenário serão publicadas e distribuídas, uma a uma, às Comissões, de acordo com a matéria de sua competência.

Art. 141. Não serão admitidas emendas que impliquem aumento da despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado disposto no art. 166, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, com a devida adaptação da alínea “c”, inciso II, § 3º, do referido artigo;

II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 142. O Presidente da Câmara ou de Comissão tem a faculdade de recusar emenda formulada de modo inconveniente, ou que verse assunto estranho ao projeto em discussão ou contrarie prescrição regimental.

Parágrafo único. No caso de reclamação ou recurso, será consultado o respectivo Plenário, sem discussão nem encaminhamento de votação, a qual se fará pelo processo simbólico.

CAPÍTULO VII **Dos Pareceres**

Art. 143. Parecer é a proposição com que uma Comissão se pronuncia sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo.

Parágrafo único. A Comissão que tiver de apresentar parecer sobre proposições e demais assuntos submetidos à sua apreciação, cingir-se-á à matéria de sua exclusiva competência, quer se trate de proposição principal, de acessória, ou de matéria ainda não objetivada em proposição.

Art. 144. Cada proposição terá parecer independente, salvo as apensadas na forma do artigo 159, deste Regimento, que terão um só parecer.

Art. 145. Nenhuma proposição será submetida a discussão e votação sem parecer escrito da Comissão competente, exceto nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. Excepcionalmente, quando o admitir este Regimento, o parecer poderá ser global.

Art. 146. O parecer por escrito constará de três partes:

I - relatório, em que se fará exposição circunstanciada da matéria em exame;

II - voto do relator, em termos objetivos, com sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição, total ou parcial da matéria, ou sobre a necessidade de dar-lhe substitutivo ou oferecer-lhe emenda;

III - parecer da Comissão, com as conclusões desta e a indicação dos Vereadores votantes e respectivos votos.

§ 1º No parecer de emenda pode constar apenas as partes indicadas nos incisos II e III, dispensado o relatório.

§ 2º Sempre que houver, parecer sobre qualquer matéria, que não projeto do Poder Executivo, nem proposição da Mesa Diretora ou da Câmara, e desde que das suas conclusões deva resultar resolução, decreto legislativo ou lei, deverá ele conter a proposição necessária, devidamente formulada pela Comissão que primeiro deva proferir parecer de mérito, ou por Comissão Parlamentar de Inquérito, quando for o caso.

Art. 147. Os pareceres aprovados, depois de opinar a última Comissão, a que tenha sido distribuído o processo, serão remetidos juntamente com a proposição à Mesa Diretora.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara devolverá à Comissão o parecer que contrarie as disposições regimentais, para ser reformulado na sua conformidade, ou em razão do que prevê o parágrafo único do art. 61, deste Regimento.

TÍTULO V Da Apreciação das Proposições CAPÍTULO I Da Tramitação

Art. 148. Cada proposição, salvo emenda, recurso ou parecer, terá curso próprio.

Art. 149. Apresentada e lida perante o Plenário, a proposição será objeto de decisão:

I - do Presidente, nos casos do art. 132, deste Regimento;

II - da Mesa, nas hipóteses do artigo 133, deste Regimento;

III- do Plenário, nos demais casos.

Parágrafo único. Antes da deliberação do Plenário, haverá manifestação das Comissões competentes para estudo da matéria, exceto quando se tratar de requerimento.

Art. 150. Excetuados os casos em que as deliberações dos órgãos técnicos, não tem eficácia conclusiva a proposição que receber pareceres contrários, quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuída, que será tida como rejeitada e arquivada definitivamente por despacho do Presidente, dando-se conhecimento ao Plenário.

Parágrafo único. O parecer contrário à emenda não obsta a que a proposição principal siga seu curso regimental.

Art. 151. Logo que voltar das Comissões a que tenha sido remetido, o projeto será anunciado no expediente, publicado com os respectivos pareceres e distribuído em avulsos aos Vereadores.

Art. 152. Decorridos os prazos previstos neste Regimento para tramitação nas Comissões ou no Plenário, o autor de proposição que seja, tenha recebido pareceres dos órgãos técnicos, poderá requerer ao Presidente a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

Art. 153. As deliberações do Plenário ocorrerão na mesma reunião, no caso de requerimentos que devam ser imediatamente apreciados, ou mediante inclusão na Ordem do Dia, nos demais casos.

Parágrafo único. O processo referente a proposição ficará sobre a Mesa Diretora durante sua tramitação em Plenário.

CAPÍTULO II

Do Recebimento e da Distribuição das Proposições

Art. 154. Toda proposição recebida pela Mesa Diretora será numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada pela Câmara e em avulsos, para serem distribuídas aos Vereadores, às Lideranças e Comissões.

§ 1º Além do que estabelece o artigo 142, deste Regimento, a Presidência devolverá ao autor qualquer proposição que:

I - não estiver devidamente formalizada e em termos;

II - versar matéria:

- a) alheia à competência da Câmara;
- b) evidentemente inconstitucional;
- c) anti-regimental.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, poderá o autor da Proposição recorrer ao Plenário, no prazo de três dias da publicação do despacho, ouvindo-se a Comissão de Justiça e de Redação, em igual prazo; caso seja provido o recurso, a proposição voltará a Presidência para o devido trâmite.

Caso contrário a proposição será arquivada?

Art. 155. As proposições serão numeradas de acordo com as seguintes normas:

I - terão numeração por legislatura, em séries específicas:

- a) as propostas de emenda à Lei Orgânica;
- b) os projetos de lei ordinária;
- c) os projetos de lei complementar;
- d) os projetos de decreto legislativo, com a indicação da origem;
- e) os projetos de resolução;
- f) os requerimentos;
- g) as indicações;
- h) as moções;
- i) as propostas de fiscalização e controle;

II - as emendas serão numeradas, em cada turno, pela ordem de entrada e organizadas pela ordem dos artigos do projeto, guardada a seqüência determinada pela sua natureza, a saber: supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas;

III - as subemendas de Comissão figurarão ao fim da série das emendas de sua iniciativa, subordinadas ao título "Subemendas", com a indicação das emendas a que correspondam, e quando à mesma emenda forem apresentadas várias subemendas, terão estas numeração ordinal em relação à emenda respectiva.

§ 1º Os projetos de lei ordinária tramitarão com a simples denominação "projeto de lei".

§ 2º Nas publicações referentes a projeto em revisão, será mencionado, entre parênteses, o número de origem, em seguida ao que lhe couber na Câmara.

§ 3º Ao número correspondente a cada emenda de Comissão acrescentar-se-ão as iniciais desta.

§ 4º A emenda que substituir integralmente o projeto terá, em seguida ao número, entre parênteses, a indicação "Substitutivo".

Art. 156. A distribuição de matéria às Comissões será feita por despacho do Presidente, dentro de três dias depois de recebida na Mesa Diretora, observadas as seguintes normas:

I - antes da distribuição, o Presidente mandará verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa; em caso afirmativo, fará a distribuição por dependência, determinando a sua apensação, após ser numerada, aplicando-se à hipótese o que prescrevem o inciso II e o parágrafo único do art. 159, deste Regimento;

II - excetuadas as hipóteses contidas no art. 42, deste Regimento a proposição será distribuída:

a) obrigatoriamente à Comissão de Justiça e de Redação para o exame da admissibilidade jurídica e legislativa;

b) quando envolver aspectos financeiro ou orçamentário públicos, à Comissão de Finanças e Orçamento, para o exame da compatibilidade ou adequação orçamentária;

c) às Comissões referidas nas alíneas anteriores e às demais Comissões, quando a matéria de sua competência estiver relacionada com o mérito da proposição;

d) diretamente à primeira Comissão que deva proferir parecer de mérito sobre a matéria nos casos do § 2º do art. 146, deste Regimento, sem prejuízo do que prescreve a alínea anterior;

III - a remessa de proposição às Comissões será feita por intermédio da Secretaria Legislativa da Câmara, devendo chegar a seu destino até três dias, ou em 24 (vinte e quatro) horas, em caso de urgência, iniciando-se sempre pela Comissão de Justiça e de Redação;

IV - a remessa de processo distribuído a mais de uma Comissão será feita diretamente de uma a outra, na ordem em que tiverem de manifestar-se, com os necessários registros de acompanhamento, salvo matéria em regime de urgência, que será apreciada conjuntamente pelas Comissões e encaminhada à Mesa Diretora;

V - nenhuma proposição será distribuída a mais do que três Comissões de mérito, aplicando-se, quando for o caso, o art. 42, deste Regimento;

VI - a proposição em regime de urgência, distribuída a mais de uma Comissão, deverá ser discutida e votada ao mesmo tempo, em cada uma delas, desde que publicada com as respectivas emendas, ou em reunião conjunta, aplicando-se à hipótese o que prevêem os arts. 55, 165 a 170 deste Regimento.

Art. 157. Quando qualquer Comissão pretender que outra se manifeste sobre determinada matéria, apresentará requerimento escrito nesse sentido ao Presidente da Câmara, com a indicação precisa da questão sobre a qual deseja o pronunciamento, observando-se que:

I - do despacho do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de, três dias contado de sua publicação;

II - o pronunciamento da Comissão versará exclusivamente sobre a questão formulada;

III - o exercício da faculdade prevista neste artigo não implica dilação dos prazos previstos no art. 59, deste Regimento.

Art. 158. Se a Comissão a que for distribuída uma proposição se julgar incompetente para apreciar a matéria ou se, no prazo para apresentação de emendas referido no art. 139, I e § 3º, deste Regimento, qualquer Vereador ou Comissão suscitar conflito de competência em relação a ela, será este dirimido pelo Presidente da Câmara, dentro de dois dias, ou de imediato, se a matéria for urgente, cabendo, em qualquer caso, recurso para o Plenário, no mesmo prazo.

Art. 159. Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento de qualquer Comissão ou Vereador ao Presidente da Câmara, observando-se que:

I - do despacho do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de três dias contado de sua publicação;

II - deferida a tramitação conjunta, caberá à Comissão onde se encontrar a proposição com precedência, decidir se as matérias respectivas devam retomar às Comissões Competentes para o reexame de admissibilidade, aplicando-se à hipótese a segunda parte do § 1º do artigo 138, deste Regimento;

III - considera-se um só parecer da Comissão sobre umas e outras proposições apensadas.

Parágrafo único. A tramitação conjunta só será deferida se solicitada antes de a matéria entrar na Ordem do Dia.

Art. 160. Na tramitação em conjunto ou por dependência, serão obedecidas as seguintes normas:

I - ao processo da proposição que deva ter precedência serão apensos, sem incorporação, os demais;

II - terá precedência:

a) a proposição da Mesa Diretora sobre a de Vereador;

b) a mais antiga sobre as mais recentes proposições;

III - em qualquer caso, as proposições serão incluídas, conjuntamente na Ordem do Dia da, mesma reunião.

Parágrafo único. O regime especial de tramitação de uma proposição estende-se às demais que lhe estejam apensas.

CAPÍTULO III

Dos Turnos a que Estão Sujeitas as Proposições

Art. 161. As proposições em tramitação na Câmara são subordinadas, na sua apreciação, a turno único, excetuadas as propostas de emenda à Lei Orgânica, os projetos de lei complementar e os demais casos expressos neste Regimento.

Art. 162. Cada turno é constituído de discussão e votação, salvo:

I - no caso dos requerimentos mencionados no art. 135, deste Regimento, em que não há discussão;

II - se encerrada a discussão em segundo turno, sem emendas, quando a matéria será dada como definitivamente aprovada, sem votação, salvo se algum Líder requerer que seja submetida a votos;

III - se encerrada a discussão da redação final, sem emendas ou retificações, quando será considerada definitivamente aprovada, sem votação.

CAPÍTULO IV

Do Interstício

Art. 163. Excetuada a matéria em regime de urgência, é de uma reunião o interstício entre:

I - a distribuição de avulsos dos pareceres das Comissões e o início da discussão ou votação correspondente;

II - a aprovação da matéria, sem emendas, e o início do turno seguinte.

Parágrafo único. A dispensa de interstício para inclusão em Ordem do Dia de matéria constante da agenda do Presidente da Câmara, poderá ser concedida pelo Plenário, a requerimento de 1/3 (um terço) da composição da Câmara ou mediante acordo de lideranças, desde que procedida a distribuição dos avulsos com antecedência mínima de quatro horas.

CAPÍTULO V

Do Regime de Tramitação

Art. 164. Quanto à natureza de sua tramitação podem ser:

I - urgentes as proposições:

a) sobre requisição de civis e militares em tempo de guerra, ou quaisquer providências que interessem à defesa e à segurança do Município;

b) sobre a decretação de impostos, na iminência ou em caso de calamidade pública;

c) sobre medidas financeiras ou legais, em caso de calamidade pública;

d) sobre transferência temporária da sede do Governo Municipal;

e) sobre autorização ao Prefeito ou ao Vice-Prefeito para se ausentar do Município;

f) oriundas de mensagens do Poder Executivo que versem acordos, tratados, convenções, pactos, convênios, protocolos e demais instrumentos de política intermunicipal, a partir de sua aprovação pelo órgão técnico específico; através de projeto de decreto legislativo, ou que sejam por outra forma apreciadas conclusivamente;

g) de iniciativa do Prefeito Municipal, com solicitação de urgência;

h) constituída pelas emendas da Câmara a projetos referidos na alínea anterior;

i) reconhecidas por deliberação do Plenário, de caráter urgente, nas hipóteses do art. 166, deste Regimento;

II - de tramitação com, prioridade:

a) os projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa Diretora, de Comissão Permanente ou Especial, ou dos cidadãos;

b) os projetos:

1 - de leis complementares e ordinárias que se destinam a regulamentar dispositivo da Lei Orgânica, e suas alterações;

2 - de lei com prazo determinado;

3 - de alteração ou reforma do Regimento Interno;

III - de tramitação ordinária: os projetos não compreendidos nas hipóteses dos incisos anteriores.

CAPÍTULO VI

Da Urgência

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 165. Urgência é a dispensa de exigências, interstícios ou formalidade regimentais, salvo as referidas no 1º deste artigo, para que determinada proposição, nas condições previstas no inciso I do artigo anterior, seja de logo considerada, até sua decisão final.

§ 1º Não se dispensa os seguintes requisitos:

I - publicação e distribuição, em avulsos ou por cópia, da proposição principal e, se houver, das acessórias;

II - pareceres das Comissões ou de relator designado;

III - "quorum" para deliberação.

§ 2º As proposições urgentes em virtude da natureza da matéria ou de requerimento aprovado pelo Plenário, na forma do artigo subsequente, terão o mesmo tratamento e trâmite regimental.

SEÇÃO II

Do Requerimento de Urgência

Art. 166. A urgência poderá ser requerida quando:

I - tratar-se de providência para atender a calamidade pública;

II - visar a prorrogação de prazos legais a se findarem, ou à adoção ou alteração de lei para aplicar-se em época certa e próxima;

III - pretender-se a apreciação da matéria na mesma reunião.

Art. 167. O requerimento de urgência somente poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado por:

I - 2/3 (dois terços) dos membros da Mesa Diretora, quando se tratar de matéria da competência desta;

II - 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, ou Líderes;

III - 2/3 (dois terços) dos membros de Comissão competente para opinar sobre o mérito da proposição.

§ 1º. O requerimento de urgência não tem discussão, mas a sua votação pode ser encaminhada pelo autor junto a um Líder, ou relator, ou Vereador que lhe seja contrário, um e outro com o prazo improrrogável de cinco minutos. Nos casos dos incisos I e II, o orador favorável será o membro da Mesa Diretora ou de Comissão designado pelo respectivo Presidente.

§ 2º Estando em tramitação duas matérias em regime de urgência, em razão de requerimento aprovado pelo Plenário, não se votará outro.

Art. 168. Poderá ser incluída automaticamente na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a reunião em que for apresentada, proposição que verse matéria de relevante e inadiável interesse municipal, a requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara, ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria dos Vereadores, sem a restrição contida no § 2º do artigo antecedente.

Art. 169. A retirada do requerimento de urgência, bem como a extinção do regime de urgência, atenderá às regras contidas no art. 115, deste Regimento.

SEÇÃO III

Da Apreciação de Matéria Urgente

Art. 170. Aprovado o requerimento de urgência, entrará a matéria em

discussão na reunião imediata, ocupando o primeiro lugar na Ordem do Dia e será apreciada e votada em turno único.

*art. 170, caput, com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 1º Se não houver parecer e a Comissão ou Comissões, que tiverem de opinar sobre a matéria, e não se julgarem habilitadas a emití-lo na referida reunião, poderão solicitar para isso, prazo conjunto não excedente de vinte e quatro horas, que lhes será concedido pelo Presidente e comunicado ao Plenário, observando-se o que prescreve o art. 55, deste Regimento.

§ 2º Findo o prazo concedido, a proposição será incluída na Ordem do Dia para imediata discussão e votação, com parecer ou sem ele, e, anunciada a discussão, sem parecer de qualquer Comissão, o Presidente designará relator que o dará verbalmente no decorrer da reunião, ou na reunião seguinte, a seu pedido.

§ 3º Na discussão e no encaminhamento de votação de proposição em regime de urgência, só o autor, o relator e Vereadores inscritos poderão usar palavra, e por metade do tempo previsto para matérias em tramitação normal alterando-se quando possível os oradores favoráveis e contrários, e, após falarem quatro Vereadores, encerrar-se-ão, a requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara, ou de Líderes que a representem, a discussão e o encaminhamento da votação.

§ 4º Encerrada a discussão com emendas, serão elas imediatamente distribuídas às Comissões respectivas e mandadas a publicar, e as Comissões têm o prazo de vinte e quatro horas, a contar do recebimento das emendas, para emitir parecer.

§ 5º A realização de diligência nos projetos em regime de urgência não implica dilação dos prazos para sua apreciação.

CAPÍTULO VII Da Prioridade

Art. 171. Prioridade é a dispensa de exigências regimentais para que determinada proposição seja incluída na Ordem do Dia da reunião seguinte, logo após as em regime de urgência.

§ 1º. Somente poderá ser admitida a prioridade para a proposição:

I - numerada;

II - publicada pela Secretaria Legislativa da Câmara e em avulsos;

III - distribuída em avulsos, com pareceres sobre a proposição principal e as acessórias, se houver, pelo menos uma reunião antes.

§ 2º Além dos projetos mencionados no art. 164, II, deste Regimento, com tramitação em prioridade, poderá esta ser proposta ao Plenário:

I - pela Mesa Diretora;

II - por Comissão que houver apreciado a proposição;

III - pelo autor da proposição, apoiado por 1/3 (um terço) dos Vereadores, ou por Líderes que representem este número.

CAPÍTULO VIII Da Preferência

Art. 172. Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação,

de uma proposição sobre outra, ou outras.

§ 1º Os projetos em regime de urgência gozam de preferência sobre os em prioridade que, a seu turno, têm preferência sobre os de tramitação ordinária e, entre estes, os projetos para os quais tenha sido concedida preferência, seguidos dos que tenham pareceres favoráveis de todas as Comissões a que foram distribuídas..

§ 2º. Haverá entre os projetos em regime de urgência a seguinte ordem de preferência:

I - declaração da calamidade pública e correlatos;

II - matéria considerada urgente;

III - acordos intermunicipais.

§ 3º Entre os projetos em prioridade, as proposições de iniciativa da Mesa Diretora ou de Comissões Permanentes têm preferência sobre as demais.

§ 4º Entre os requerimentos haverá a seguinte precedência:

I - o requerimento sobre a proposição em Ordem do Dia terá votação preferencial, antes de iniciar-se a discussão ou votação da matéria a que se refira;

II - o requerimento de adiamento de discussão ou votação, será votado antes da proposição a que disser respeito;

III - quando ocorrer a apresentação de mais de um requerimento, o Presidente regulará a preferência pela ordem de apresentação ou, se simultâneos, pela maior importância das matérias a que se reportarem;

IV - quando os requerimentos apresentados, na forma do inciso anterior, forem idênticos em seus fins, serão postos em votação conjuntamente, e a adoção de um prejudicará os demais, o mais amplo tendo preferência sobre o mais restrito.

Art. 173. Será permitido a qualquer Vereador, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para votação ou discussão de uma proposição sobre as do mesmo grupo.

§ 1º Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente, se entender que isso pode tumultuar a ordem dos trabalhos, verificará, por consulta prévia, se a Câmara admite modificação na Ordem do Dia.

§ 2º Admitida a modificação, os requerimentos serão considerados um a um, na ordem de sua apresentação.

§ 3º Recusada a modificação na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência apresentados, não se recebendo nenhum outro na mesma reunião.

CAPÍTULO IX

Do Destaque

Art. 174. O destaque de partes de qualquer proposição, bem como emenda do grupo a que pertencer, será concedido:

I - a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Casa, ou de Líderes para votação em separado;

II - a requerimento de qualquer Vereador, ou por proposta de Comissão, em seu parecer, sujeitos à deliberação do Plenário, para:

a) constituir projeto autônomo;

b) votar um projeto sobre outro, em caso de apensação;

c) votar parte do projeto, quando a votação se fizer preferencialmente

sobre o substitutivo;

d) votar parte do substitutivo, quando a votação se fizer preferencialmente sobre o projeto;

e) votar emenda ou parte de emenda, apresentada em qualquer fase;

f) votar subemenda;

g) suprimir, total ou parcialmente, um ou mais dispositivos da proposição em votação.

Art. 175. Em relação aos destaques, serão obedecidos as seguintes normas:

I - o requerimento deve ser formulado até ser anunciada a votação da proposição, se o destaque atingir alguma de suas partes ou emendas;

II - na hipótese do inciso I do artigo precedente, o Presidente somente poderá recusar o pedido de destaque por intempestividade ou vício de forma;

III - não se admitirá destaque de emendas para constituição de grupos diferentes daqueles a que, regimentalmente, pertençam;

IV - não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente;

V - o destaque será possível quando o texto destacado possa ajustar-se à proposição em que deva ser integrado e forme sentido completo;

VI - concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos primeiramente, a matéria principal e, em seguida, a destacada, que somente integrará o texto se for aprovada;

VII - a votação do requerimento de destaque para projeto em separado precederá a deliberação sobre a matéria principal;

VIII - o pedido de destaque de emenda para ser separadamente votada, ao final, deve ser feita antes de anunciada a votação;

IX - não se admitirá destaque para projeto em separado quando a matéria for insuscetível de constituir proposição de curso autônomo; .

X - concedido o destaque para projeto em separado, o autor do requerimento terá o prazo de três dias para oferecer o texto com que deverá tramitar o novo projeto;

XI- o projeto resultante de destaque terá a tramitação de proposição inicial;

XII - havendo retirada do requerimento de destaque, a matéria destacada voltará ao grupo a que pertencer; .

XIII - considerar-se-á insubsistente o destaque se, anunciada a votação de dispositivo ou emenda destacada, o autor do requerimento não pedir a palavra para encaminhá-la, voltando a matéria ao grupo a que pertencia;

XIV - em caso de mais de um requerimento de destaque, poderão os pedidos ser votados globalmente, se requerido por Líder e aprovado pelo Plenário.

CAPÍTULO X

Da Prejudicialidade

Art. 176. Consideram-se prejudicados:

I- a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado, na mesma sessão legislativa, ou transformado em diploma legal;

II - a discussão ou a votação de qualquer projeto semelhante a outro considerado inconstitucional de acordo com o parecer da Comissão de Justiça e de Redação;

III - a discussão ou a votação de proposição apenas quando a aprovação for idêntica ou de finalidade oposta à apensada;

IV - a discussão ou a votação de proposição apenas quando a rejeitada for idêntica à aprovada;

V - a proposição com as respectivas emendas, que tiver substitutivo aprovado, ressalvados os destaques;

VI - a emenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada;

VII - o requerimento com a mesma, ou oposta finalidade de outro já aprovado.

Art. 177. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

I - por haver perdido a oportunidade;

II - em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação.

1º Em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade será feita perante a Câmara ou Comissão, sendo o despacho publicado pela Secretaria da Câmara.

2º Da declaração de prejudicialidade poderá o autor da proposição, no prazo de três dias a partir da publicação do despacho, ou imediatamente, na hipótese do parágrafo subsequente, interpor recurso ao Plenário da Câmara, que deliberará, ouvida a Comissão de Justiça e de Redação.

3º Se a prejudicialidade, declarada no curso de votação, disser respeito a emenda ou dispositivo de matéria em apreciação, o parecer da Comissão de Justiça e de Redação será proferido oralmente.

§ 4º A proposição dada como prejudicada será definitivamente arquivada pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO XI

Da Discussão

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 178. Discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário.

§ 1º A discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§ 2º O Presidente, aquiescendo o Plenário, poderá anunciar o debate por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 179. A proposição com a discussão encerrada na legislatura anterior terá sempre a discussão reaberta para receber novas emendas.

Art. 180. A proposição com todos os pareceres favoráveis poderá ter a discussão dispensada por deliberação do Plenário, mediante requerimento de Líder.

Parágrafo único. A dispensa da discussão deverá ser requerida ao ser anunciada a matéria e não prejudicada a apresentação de emendas.

Art. 181. Excetuados os projetos de código, nenhuma matéria ficará na Ordem do Dia para discussão por mais de uma reunião em turno único ou primeiro turno, e por mais de uma reunião em segundo turno.

§ 1º Iniciada a discussão, mediante proposta do presidente, a Câmara poderá dispor convenientemente sobre a mesma.

§ 2º Aprovada a proposta, a votação pode ser encaminhada pelo autor junto a um Líder, ou relator, ou Vereador que lhe seja contrário, fixando o Presidente a ordem dos que desejarem debater a matéria, com o tempo previsível necessário, não se admitindo inscrição nova, para discussão assim ordenada.

Art. 182. Nenhum Vereador poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para:

- I - requerer prorrogação de prazo;
- II - levantar questão de ordem;
- III - fazer comunicação de natureza urgentíssima.

Parágrafo único. O uso da palavra dependerá sempre de permissão do orador, sendo o tempo usado porém, computado no de que este dispõe.

Art. 183. O Presidente solicitará ao orador que estiver debatendo matéria em discussão que interrompa o seu discurso, nos seguintes casos:

- I - quando houver número legal para deliberar, procedendo-se imediatamente à votação;
- II - para leitura de requerimento de urgência, feito com observância das exigências regimentais;
- III - para comunicação importante à Câmara; .
- IV - para recepção de autoridade de qualquer Poder, Presidente da Câmara de outro município ou personalidade de excepcional relevo, assim reconhecida pelo Plenário;
- V - para votação da Ordem do Dia, ou de requerimento de prorrogação da reunião;
- VI - no caso de tumulto grave no recinto, ou no edifício da Câmara, que reclame a suspensão ou o levantamento da reunião.

SEÇÃO II

Da Inscrição e do Uso da Palavra

SUBSEÇÃO I

Da Inscrição de Debatedores

Art. 184. Os Vereadores que desejarem discutir proposição incluída na Ordem do Dia devem inscrever-se previamente na Mesa Diretora, antes do início da discussão.

§ 1º Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente a favor e contra.

§ 2º É permitida a permuta de inscrição entre os Vereadores, mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão definitivamente a inscrição.

§ 3º O primeiro subscritor de projeto de iniciativa popular, ou quem este houver indicado para defendê-lo, falará anteriormente aos oradores inscritos para seu debate, transformando-se a Câmara, nesse momento, sob a direção de seu Presidente, em Comissão Geral.

SUBSEÇÃO II

Do Uso da Palavra

Art. 185. Anunciada a matéria, será dada a palavra aos oradores para a discussão.

Art. 186. O Vereador que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

- I - desviar-se da questão em debate;
- II - falar sobre o vencido;
- III - usar de linguagem imprópria;
- IV - ultrapassar o prazo regimental.

SUBSEÇÃO III Do Aparte

Art. 187. Aparte é a interrupção, breve e oportuna, do orador, para indagação ou esclarecimento relativos à matéria em debate.

§ 1º O Vereador só poderá apartear o orador se lhe solicitar e obtiver permissão, devendo permanecer de pé ao fazê-lo.

§ 2º. Não será admitido aparte:

- I - à palavra do Presidente;
- II - paralelo a discurso;
- III - a parecer oral;
- IV - por ocasião do encaminhamento de votação;
- V - quando o orador declarar, de modo geral, que não o permite;
- VI - quando o orador estiver suscitando questão de ordem ou falando para reclamação;

VII - nas Comunicações a que se referem os incisos III e V do art. 73, deste Regimento.

§ 3º Os apartes subordinam-se às disposições relativas à discussão, em tudo que lhes for aplicável e incluem-se no tempo destinado ao orador.

§ 4º Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais.

§ 5º Os apartes só serão sujeitos a revisão do autor se permitida pelo orador, que não poderá modificá-los.

SEÇÃO III Do Adiamento da Discussão

Art. 188. Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será pedido o seu adiamento, por prazo não superior até duas reuniões ordinárias, mediante requerimento assinado por Líder, autor ou Relator e, aprovado pelo Plenário.

§ 1º Não se admite adiamento de discussão a proposição em regime de urgência, salvo se requerido por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, ou Líderes, por prazo não excedente a uma reunião.

§ 2º Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos de adiamento, será votado em primeiro lugar, o de prazo mais longo.

§ 3º Tendo sido adiada uma vez a discussão de uma matéria, só o será novamente, ante a alegação, reconhecida pelo Presidente da Câmara, de erro na publicação.

Art. 189. O pedido de vista para estudo será requerido, antes de iniciada a discussão, por qualquer Vereador e deliberado pelo Presidente.

Parágrafo único. O prazo máximo de vista é de 5 (cinco) dias.

SEÇÃO IV Da Proposição Emendada Durante a Discussão

Art. 190. Encerrada a discussão do projeto, com emendas, a matéria irá às Comissões que as devam apreciar. .

Parágrafo único. Publicados os pareceres sobre as emendas pela Secretaria da Câmara e distribuídos em avulsos, estará a matéria em condições de figurar na Ordem do Dia, obedecido o interstício regimental.

CAPÍTULO XII Da Votação

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 191. A votação completa o turno regimental da discussão.

§ 1º A votação das matérias com a discussão encerrada e das que se acharem sobre a Mesa Diretora será realizada em qualquer reunião:

I - imediatamente após a discussão, se houver quorum para deliberar;

II - após as providências de que trata o art. 190, deste Regimento, caso a proposição tenha sido emendada na discussão.

§ 2º. O Vereador poderá escusar-se de tomar parte na votação, registrando simplesmente "abstenção".

§ 3º Havendo empate na votação, ostensiva, cabe ao Presidente desempatar a e proceder-se-á sucessivamente a nova votação, até que se dê o desempate.

*§ 3º com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 4º Em se tratando de eleição, havendo empate, será vencedor o Vereador mais idoso.

§ 5º Se o Presidente se abster de desempatar votação, o substituto regimental o fará em seu lugar.

§ 6º Tratando-se de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, deverá o Vereador dar-se por impedido e fazer comunicação nesse sentido à Mesa Diretora, sendo seu voto considerado em branco, para efeito de "quorum".

§ 7º O voto do Vereador, mesmo que contrarie o da respectiva representação ou sua liderança será acolhido para todos os efeitos.

§ 8º A determinação do "quorum" será feita, dividindo-se o número de Vereadores da Câmara ou dos presentes, conforme o caso, pelo denominador da fração, multiplicando-se o resultado pelo numerador e, em caso de resultado final inexato, arredondando-se para a unidade imediatamente superior.

Art. 192. Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de "quorum".

§1º Quando esgotado o período da reunião, ficará esta automaticamente prorrogada pelo tempo necessário à conclusão da votação, nos termos do § 2º do art.80, deste Regimento.

§ 2º Ocorrendo falta de "quorum" para deliberação, proceder-se-á nos termos do § 3º do art. 89, deste Regimento.

Art. 193. Terminada a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrários, em branco e nulos.

Parágrafo único. É lícito ao Vereador, depois da votação ostensiva, enviar à Mesa Diretora, para publicação de declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido todavia, lê-la ou fazer a seu respeito, qualquer comentário da Tribuna.

Art. 194. Salvo disposição legal em contrário, as deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 1º Os projetos de leis complementares somente serão aprovados se obtiverem a maioria absoluta dos votos e as propostas de emenda à Lei Orgânica somente serão aprovados se obtiverem maioria de 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara, observadas, na sua tramitação, as demais normas regimentais para discussão e votação.

*§ 1º com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º Os votos em branco que ocorrerem nas votações por meio de cédulas e as abstenções verificadas, só serão computados para efeito de "quorum".

SEÇÃO II

Das Modalidades e Processos de Votação

Art. 195. . A votação poderá ser ostensiva, adotando-se o processo simbólico ou o nominal.

*art. 195, caput com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Parágrafo único. Assentado previamente pela Câmara, determinado processo de votação para uma proposição, não será admitido para ela requerimento de outro.

Art. 196. Pelo processo simbólico, que se utilizará na votação das proposições em geral, o Presidente, ao anunciar a votação de qualquer matéria, convidará os Vereadores a favor a permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

§ 1º. Havendo votação divergente, o Presidente consultará o Plenário se há dúvida quanto ao resultado proclamado, assegurando a oportunidade de formular-se pedido de verificação de votação.

§ 2º Nenhuma questão de ordem, reclamação ou qualquer outra intervenção será aceita pela Mesa Diretora antes de ouvido o Plenário sobre eventual pedido de verificação.

§ 3º Se 1/3 (um terço) dos membros da Casa ou Líderes que representem este número apoiarem o pedido, proceder-se-á então à votação através do sistema nominal.

§ 4º Havendo-se procedido a uma verificação de votação, antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, a requerimento de 1/3 (um terço) dos Vereadores, ou de Líderes.

§ 5º Ocorrendo requerimento de verificação de votação, se for notória a ausência de "quorum" no Plenário, o Presidente poderá, desde logo, determinar a votação pelo processo nominal.

Art. 197. O processo nominal será utilizado:

- I - nos casos em que seja exigido "quorum" especial de votação;
- II - por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador;
- III - quando houver pedido de verificação de votação, respeitado o que prescreve o § 4º do artigo anterior;
- IV - nos demais casos expressos neste Regimento.

§ 1º O Requerimento verbal não admitirá votação nominal.

§ 2º Quando algum Vereador requerer votação nominal e a Câmara não a conceder, será vedado requerê-la novamente para a mesma proposição, ou as que lhe forem acessórias.

Art. 198. A votação nominal far-se-á pela chamada dos Vereadores presentes pelo Presidente e em voz alta.

§ 1º Os Vereadores, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão "sim" ou "não", conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação.

§ 2º A listagem de votação será publicada juntamente com a ata de reunião.

§ 3º Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

§ 4º. O Presidente proclamará o resultado da votação, em voz alta.

Art. 199. *art. 199, caput, revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

I - *inciso I revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

II - *inciso II revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

III - *inciso III revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

IV - *inciso IV revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

V - *inciso V revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 1º *§ 1º revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º *§ 2º revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 3º *§ 3º revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 4º *§ 4º revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

I - *inciso I revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

II - *inciso II revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

III - *inciso III revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

IV - *inciso IV revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 200. Só pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, pode a Câmara Municipal:

I - conceder isenção fiscal e subvenções para entidades e serviços de interesse público;

II - decretar a perda de mandato de Vereador;

III - decretar a perda de mandato do Prefeito;

IV - cassar mandato do Prefeito e do Vereador, por motivo de infração político-administrativo;

V - perdoar dívida ativa, nos casos de calamidade pública, de comprovada pobreza do contribuinte e de instituições legalmente reconhecidas como de utilidade pública;

VI - aprovar empréstimos, operações de crédito e acordos externos, de qualquer natureza, dependente de autorização do Senado Federal, além de outras matérias fixadas em lei complementar estadual;

VII - recusar o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve apresentar anualmente;

VIII - modificar a denominação de logradouros públicos com mais de dez anos, na forma da lei complementar estadual;

IX - aprovar projetos de concessão de Título de Cidadania Honorária e Mérito Municipal;

X - designar outro local para as reuniões da Câmara;

XI - *inciso XI revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

XII - modificação ou reforma do Regimento Interno.

Art. 201. Só pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara são aprovadas as proposições sobre:

I - venda, doação ou permuta de bens imóveis ou descaracterização dos bens de uso comum do povo, para efeito de sua alienação;

II - convocação de Secretário Municipal;

*inciso II com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

III - eleição dos membros da Mesa Diretora, em primeiro escrutínio;

IV - fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;

V - renovação, no mesmo período legislativo anual, do projeto de lei não sancionado;

VI - convocação de reunião secreta;

VII - *inciso VII revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

SEÇÃO III **Do Processamento da Votação**

Art. 202. A proposição, ou seu substitutivo, será sempre votada globalmente, ressalvada a matéria destacada ou deliberação diversa do Plenário.

§ 1º As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou parecer contrário de todas as Comissões, considerando-se que:

I - no grupo das emendas, com parecer favorável, incluem-se as de Comissão, quando sobre elas não haja manifestação em contrário de outra;

II - no grupo das emendas, com parecer contrário, incluem-se aquelas sobre as quais se tenham manifestado pela rejeição, as Comissões competentes para o exame de mérito, embora consideradas constitucionais e orçamentariamente compatíveis.

§ 2º A emenda que tenha pareceres divergentes e as emendas destacadas serão votadas uma a uma, conforme sua ordem e natureza.

§ 3º O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Vereador, que a votação das emendas se faça destacadamente.

§ 4º Também poderá ser deferido pelo Plenário dividir-se a votação da proposição por título, capítulo, seção, artigo ou grupo de artigos ou de palavras. .

§ 5º Somente será permitida a votação parcelada a que se referem os §§ 3º e 4º, deste artigo, se solicitada durante a discussão, salvo quando o requerimento for de autoria do relator, ou com a sua aquiescência.

§ 6º Não será submetida a votos emenda declarada inconstitucional ou injurídica pela Comissão de Justiça e de Redação, ou financeira e orçamentariamente incompatível pela Comissão de Finanças e Orçamento, ou se no mesmo sentido se pronunciar a Comissão Especial a que se refere o artigo 42, I, "d", deste Regimento, em decisão irrecorrida ou mantida pelo Plenário.

Art. 203. Além das regras contidas nos arts. 172 e 176, deste Regimento, serão obedecidas ainda, na votação, as seguintes normas de precedência ou preferência e prejudicialidade:

I - a proposta de emenda à Lei Orgânica tem preferência na votação, em relação às proposições em tramitação ordinária;

II - o substitutivo de Comissão tem preferência na votação sobre o projeto;

III - votar-se-á em primeiro lugar o substitutivo de Comissão, havendo mais de um, a preferência será regulada pela ordem inversa de sua apresentação;

IV - aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as emendas a este oferecidas, ressalvadas as emendas ao substitutivo e a todos os destaques;

V - na hipótese de rejeição do substitutivo, ou na votação de projeto sem substitutivo, a proposição inicial será votada por último, depois das emendas que lhe tenham sido apresentadas;

VI - a rejeição do projeto prejudica as emendas a ele oferecidas;

VII - a rejeição de qualquer artigo do projeto, votado artigo por artigo, prejudica os demais artigos que forem uma consequência daquele;

VIII - dentre as emendas de cada grupo, oferecidas respectivamente ao substitutivo ou à proposição original, e as emendas destacadas, serão votadas, pela ordem: as supressivas, as substitutiva, as modificativas e, finalmente, as aditivas;

IX - as emendas com subemendas serão votadas uma a uma, salvo deliberação do Plenário, mediante proposta de qualquer Vereador ou Comissão; aprovado o grupo, serão consideradas aprovadas as emendas com as modificações constantes das respectivas subemendas;

X - as subemendas substitutivas têm preferência na votação, sobre as respectivas emendas;

XI - a emenda com subemenda, quando votada separadamente, sê-lo-á antes e com ressalva desta, exceto nos seguintes casos, em que a subemenda terá precedência:

a) se for supressiva;

b) se for substitutiva de artigo da emenda e, a votação desta se fizer artigo por artigo;

XII - serão votadas, destacadamente, as emendas da parecer no sentido de constituírem projeto em separado;

XIII - quando ao mesmo dispositivo, forem apresentadas várias emendas da mesma natureza, terão preferência as de Comissão sobre as demais; havendo emendas de mais de uma Comissão, a precedência será regulada pela ordem inversa de sua apresentação;

XVI - a dispositivo destacado de projeto para votação em separado, precederá na votação às emendas, independerá de parecer e somente integrará o texto se aprovado;

XV - se a votação do projeto se fizer separadamente em relação a cada artigo, o texto desta será votado antes das emendas aditivas a ele correspondentes.

SEÇÃO IV

Do Adiamento da Votação

Art. 204. O adiamento da votação de qualquer proposição só pode ser solicitado antes de seu início, mediante requerimento assinado por Líder, pelo autor ou relator da matéria.

§ 1º O adiamento da votação só poderá ser concedido uma vez e por prazo previamente fixado, não superior a duas reuniões.

§ 2º Solicitado simultaneamente mais de um adiamento, a adoção de um requerimento prejudicará os demais.

CAPÍTULO XIII

Da Redação Final

Art. 205. Ultimada a fase de votação, em turno único ou em segundo turno, conforme o caso, será a proposta de emenda à Lei Orgânica ou a projeto, com as respectivas emendas se houver, enviada à Comissão competente para a redação final, com a apresentação, se necessário, de emendas de redação.

§ 1º A redação final será dispensada salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir:

I - nas propostas de emenda à Lei Orgânica e nos projetos em segundo turno, se aprovada sem modificações;

II - nos substitutivos aprovados em segundo turno, sem emendas.

§ 2º A Comissão poderá, em seu parecer, propor que seja considerada como final a redação do texto de proposta de emenda à Lei Orgânica, projeto ou substitutivo aprovado sem alterações, desde que em condições de ser adotado como definitivo.

Art. 206. A redação final será elaborada dentro de três dias para os projetos em tramitação ordinária, dois dias para os em regime de prioridade e uma reunião, prorrogável por outra, excepcionalmente, por deliberação do Plenário, para os em regime de urgência, entre eles incluídas as propostas de emenda à Lei Orgânica.

Art. 207. É privativo da Comissão específica para estudar a matéria, elaborar a redação final, nos casos de proposta de emenda à Lei Orgânica, de projeto de código ou sua reforma e, na hipótese do § 6º do artigo 245, deste Regimento, de projeto de Regimento Interno.

§ 1º O Plenário poderá, quando a redação chegar à Mesa Diretora, dispensar-lhe a impressão, para o fim de proceder-se à imediata votação salvo se a proposição houver sido emendada na sua discussão final ou única.

§ 2º A redação final emendada será sujeita a discussão depois de publicadas as emendas, com o parecer da Comissão de Justiça e de Redação ou da Comissão referida no artigo anterior.

§ 3º Somente poderão tomar parte do debate, uma vez e por cinco minutos cada um, o autor da emenda, um Vereador contra e o relator.

§ 4º A votação da redação final terá início pelas emendas.

§ 5º Figurando a redação final na Ordem do Dia, se sua discussão for encerrada sem emendas ou ratificações, será considerada definitivamente aprovada, sem votação.

Art. 208. Quando, após a aprovação de redação final, se verificar inexatidão do texto, a Mesa Diretora procederá. à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário ou ao Prefeito Municipal, se o projeto já tiver subido à sanção.

Parágrafo único. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá a decisão ao Plenário.

Art. 209. A proposição aprovada em definitivo pela Câmara, será encaminhada em autógrafos, à sanção ou à promulgação, conforme o caso, no prazo de dois dias.

Parágrafo único. Os autógrafos reproduzirão a redação final aprovada pelo Plenário.

CAPÍTULO XIV

Da Sanção, do Veto e da Promulgação

Art. 210. Sanção é a aquiescência do Prefeito Municipal a um projeto de lei aprovado em definitivo pela Câmara, podendo ser:

I - expressa, quando escrita e encaminhada à Câmara, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contados da data do recebimento;

II - tácita, quando, no prazo mencionado no inciso anterior o Prefeito não se manifestar em relação ao projeto de lei.

Art. 211. Veto é a não aquiescência do Prefeito em relação ao projeto de lei, por considerá-lo no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público municipal.

§ 1º O veto, obrigatoriamente justificado poderá ser:

I - total, quando a discordância referir-se ao total do projeto;

II - parcial, quando a discordância referir-se a texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º O prazo de encaminhamento de veto do Prefeito à Câmara é o mesmo mencionado no inciso I, do artigo anterior.

§ 3º Recebido o veto pela Câmara, será encaminhado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas à Comissão de Justiça e de Redação, que poderá solicitar a apreciação de:

I - outras Comissões Permanentes;

II - Comissão Especial, conforme o artigo 42, I, “d”, deste Regimento.

§ 4º As Comissões têm o prazo conjunto e improrrogável de 10 (dez) dias para emitirem seus pareceres.

§ 5º Se no prazo previsto no parágrafo anterior, ressalvados os projetos com solicitação de urgência, não houver manifestação das Comissões, a Mesa Diretora incluirá a proposição na pauta da Ordem do Dia da reunião ordinária imediata, independentemente de parecer, se a mesma realizar-se no prazo de 5 (cinco) dias e, em ultrapassando este prazo, a Mesa Diretora convocará reunião extraordinária para discutir o veto, de forma que o prazo não seja ultrapassado.

§ 6º A apreciação do veto será feita em discussão e votação únicas, sendo a discussão feita globalmente e, podendo a votação ser feita por partes, se requerida por 1/3 (um terço) e aprovada pela maioria dos membros da Casa.

§ 7º O prazo para apreciação do veto pelo Plenário é de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento pela Câmara, findo o qual, sem a manifestação do Plenário, será o veto considerado acolhido.

§ 8º O veto só será rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Casa.

*§ 8º com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 212. As resoluções e os decretos legislativos serão promulgados pelo Presidente, no prazo de 2 (dois) dias após o recebimento dos autógrafos; não o fazendo, caberá ao Vice-Presidente exercer essa atribuição, em igual prazo.

Art. 213. Rejeitado o veto, conforme disposto no parágrafo 82 do artigo anterior, será o projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito.

Parágrafo único. Se a lei não for promulgada dentro de 2 (dois) dias pelo Prefeito, o Presidente da Câmara o fará e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo, também em igual prazo.

Art. 214. As leis, resoluções e decretos legislativos entrarão em vigor nas datas de suas publicações, ressalvados os casos em que dispuserem de forma diferente.

TÍTULO VI
Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais

CAPÍTULO I
Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica

Art. 215. A Câmara apreciará proposta de emenda à Lei Orgânica, apresentada:

- I - por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Casa;
- II - pelo Prefeito Municipal.

Art. 216. A proposta de emenda à Lei Orgânica será despachada, no prazo de dois dias, pelo Presidente da Câmara, à Comissão de Justiça e de Redação, que se pronunciará sobre sua admissibilidade, no prazo de três dias, devolvendo-a à Mesa Diretora, com o respectivo parecer:

§ 1º Se inadmitida a proposta, poderá o autor, com o apoio e, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores ou de Líderes que representem este número, requerer a apreciação preliminar em Plenário.

§ 2º Admitida a proposta, no prazo de dois dias, o Presidente designará Comissão Especial para o exame do mérito da proposição, a qual terá prazo de 10 (dez) dias, a partir de sua constituição, para proferir parecer.

§ 3º Somente perante a Comissão poderão ser apresentadas emendas com o "quorum" mínimo de assinaturas de Vereadores, previstos no inciso I do artigo anterior, na primeira reunião ordinária ocorrida dentro do prazo estimado à Comissão Especial para emitir parecer.

§ 4º O relator ou a Comissão, em seu parecer, só poderá oferecer emenda ou substitutivo à proposta, desde que a mesma não fira os princípios institucionais e as normas deste Regimento.

§ 5º Após a publicação do parecer e interstício de dois dias, a proposta será incluída na Ordem do Dia.

§ 6º A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de 10 (dez) dias.

§ 7º Será aprovada a proposta que obtiver, em ambos os turnos, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara Municipal, em votação nominal.

§ 8º Aplicam-se à proposta de emenda à Lei Orgânica, no que não colidir com o estatuído neste artigo, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

CAPÍTULO II
Dos Projetos de Iniciativa do Prefeito Municipal
com Solicitação de Urgência

Art. 217. A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Prefeito Municipal, para o qual tenha solicitado urgência, a qual tenha sido aprovada pelo Plenário, conforme o disposto neste Regimento, obedecerá ao seguinte:

I - findo o prazo de 15 (quinze) dias de seu recebimento pela Câmara, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime sua votação;

II - a apreciação das emendas pelas Comissões, far-se-á no prazo de 3 (três)

dias, ao término do qual se processará na forma do inciso anterior.

Parágrafo único. Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso dos Vereadores nem se aplicam aos projetos de código.

CAPÍTULO III **Dos Projetos de Código, Consolidação** **Estatuto ou Regimento**

Art. 218. Código é a reunião de disposições legais sobre a matéria, de modo orgânico e sistemático, visando a estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover completamente a matéria tratada.

Art. 219. Consolidação é a reunião de diversos dispositivos legais em vigor, sobre o mesmo, assunto, para sistematizá-los.

Art. 220. Estatuto ou Regimento é o conjunto de normas fundamentais que regem a atividade de um órgão ou instituição.

Art. 221. Recebido o projeto de Código, Consolidação ou Estatuto ou apresentado à Mesa Diretora, o Presidente comunicará o fato ao Plenário e determinará a sua inclusão na Ordem do Dia da reunião seguinte, sendo publicado e distribuído em avulsos.

§ 1º No decurso da mesma reunião, ou até 24 (vinte e quatro) horas após, o Presidente nomeará Comissão Especial para emitir parecer sobre o projeto e as emendas.

§ 2º A Comissão se reunirá no prazo de 2 (dois) dias para eleger seu Presidente e assim eleito, o mesmo designará um relator-geral e um relator-parcial para as diversas partes da proposição.

§ 3º As emendas serão apresentadas diretamente à Comissão Especial, durante o prazo de 20 (vinte) dias, contados da instalação da mesma e encaminhadas, à proporção que forem oferecidas, aos relatores.

§ 4º Após encerrado o período de apresentação de emendas, os relatores, terão o prazo de 10 (dez) dias para entregar seus pareceres sobre as respectivas partes e as emendas que a eles tiverem sido distribuídas, podendo incorporar emendas e sugestões a respeito do projeto, que julgarem convenientes.

§ 5º Os pareceres serão encaminhados imediatamente ao Presidente da Comissão, que os encaminhará, no prazo de 2 (dois) dias ao Presidente da Câmara.

Art. 222. O Presidente da Câmara colocará o projeto na pauta da Ordem do Dia da reunião ordinária imediata.

Parágrafo único. O Plenário, na discussão e votação da matéria, obedecerá às seguintes normas:

I - as emendas com parecer contrário serão votadas globalmente, salvo os destaques requeridos por 1/3 (um terço) dos Vereadores, ou Líderes;

II - as emendas com parecer favorável serão votadas em grupo para cada relator que as tiver relatado, salvo destaque requerido por membro da Comissão ou Líder;

III - sobre cada emenda destacada poderá falar o autor, o relator-geral e o relator-parcial, por cinco minutos cada um, improrrogáveis;

IV - o relator-geral e o relator-parcial poderão oferecer, juntamente com seus pareceres, emendas que serão tidas como tais, para efeitos posteriores, somente se aprovados por todos os membros da Comissão;

V - concluída a votação do projeto e das emendas, o relator-geral terá três

dias para apresentar o relatório do vencido na Comissão.

Art. 223. Aprovados o projeto e as emendas, a matéria voltará à Comissão Especial, que terá três dias para elaborar a redação final.

Art. 224. A requerimento da Comissão Especial, sujeito a deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser:

I - prorrogados até o dobro e, em casos excepcionais, até o triplo;

II - suspensos, conjunta ou separadamente, até 15 (quinze) dias, sem prejuízo dos trabalhos da Comissão, prosseguindo-se a contagem dos prazos regimentais de tramitação, findo o período da suspensão.

Art. 225. Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de código, consolidação ou estatuto.

Parágrafo único. A Mesa Diretora só receberá projeto de lei, para tramitação na forma deste capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como código, consolidação ou estatuto.

CAPÍTULO IV

Das Matérias de Natureza Periódica

SEÇÃO I

Dos Projetos de Fixação da Remuneração dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 226. À Mesa Diretora da Câmara compete elaborar, no último ano de cada legislatura, os projetos de resolução e de lei destinados a fixar as remunerações dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito a vigorarem na legislatura subsequente, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 150, II e 153, III e parágrafo 2º, I, da Constituição Federal.

*art. 226, caput, com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 1º * revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º * revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

SEÇÃO II

Da Tomada de Contas do Prefeito e da Mesa

Art. 227. O controle financeiro externo será exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária, e a apreciação e julgamento das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 228. O Prefeito e a Mesa Diretora da Câmara encaminharão suas contas anuais, até o dia 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte, ao Tribunal de Contas do Estado que dará o parecer prévio, concluindo pela aprovação ou rejeição.

Art. 229. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara, independentemente de Leitura, determinará sua remessa, juntamente com o processo de prestação de contas, à Comissão de Finanças e Orçamento.

Parágrafo único. Distribuir-se-á em avulsos, cópia do parecer prévio aos

Vereadores, no prazo de dois dias, a contar do recebimento.

Art. 230. O processo permanecerá na Comissão, por 24 (vinte e quatro) horas, à disposição dos Vereadores, para vista ou requerimento de informações.

Art. 231. Esgotado o prazo, a Comissão emitirá, em 10 (dez) dias, parecer que concluirá por projeto de Decreto Legislativo.

*art. com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 1º Distribuído o projeto de Decreto Legislativo, abrir-se-á, na Comissão, o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação de emendas.

*§ 1º com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º Emitido o parecer sobre as emendas, se as houver, em dois dias, o projeto será encaminhado à Mesa Diretora e incluído na Ordem do Dia, da reunião ordinária imediata, para discussão e votação em turno único.

§ 3º Aprovado, o projeto será encaminhado à Comissão de Justiça e de Redação, para a redação final.

Art. 232. O projeto de Decreto Legislativo que contrariar o parecer do Tribunal de Contas somente será considerado aprovado se obtiver o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

*art. com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Parágrafo único. Não aprovado o projeto, nos termos deste artigo, o processo será enviado à Comissão de Justiça e Redação, para redação final do projeto, de conformidade com o parecer do Tribunal de Contas, no prazo de três dias.

Art. 233. Se as contas não forem, no todo ou em parte, aprovadas pelo Plenário, será o processo encaminhado à Comissão de Justiça e de Redação que, no prazo de 5 (cinco) dias, indicará as providências a serem adotadas pela Câmara.

Art. 234. Rejeitadas as contas, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins, com a proposta de medidas legais e outras providências cabíveis.

Art. 235. A Comissão de Finanças e Orçamento poderá vistoriar as obras e serviços, examinar processos, documentos e papéis nas repartições da Prefeitura, podendo também solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito e aos seus auxiliares diretos, para esclarecimentos porventura necessários.

Art. 236. A Comissão de Finanças e Orçamento terá amplos poderes, mormente os referidos nos §§ 1º ao 4º do art. 67, deste Regimento, cabendo-lhe convocar os responsáveis pelo sistema de controle interno e todos os coordenadores de despesas da administração pública direta, indireta e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo, para comprovar, no prazo que estabelecer, as contas do exercício findo, na conformidade da respectiva lei orçamentária e das alterações havidas na sua execução.

Art. 237. A prestação de contas, após iniciada a tomada de contas, não será óbice à adoção e continuidade das providências relativas ao processo de crime de responsabilidade nos termos da legislação especial.

Art. 238. Decorrido o prazo estabelecido sem que a Câmara tenha recebido a prestação de contas do Prefeito, estas serão tomadas por Comissão Especial, designada pelo Presidente da Câmara, na forma deste Regimento, aplicando-se no que couber, o disposto nesta seção.

Art. 239. As contas da Mesa Diretora da Câmara estão sujeitas aos procedimentos estabelecidos nesta seção.

SEÇÃO III

Dos Projetos de Lei do Orçamento Programa,

do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e de Crédito Adicional

Art. 240. Os projetos de que trata esta seção serão distribuídos em avulsos aos Vereadores e às Comissões a que estiverem afetos, e encaminhados à Comissão de Finanças e Orçamento para, no prazo de 30 (trinta) dias, receberem parecer.

§ 1º Da discussão e da votação do projeto na Comissão de Finanças e Orçamento participarão, com direito a voto e voz, os membros das demais Comissões Permanentes às quais tenha sido distribuído, observadas as disposições deste Regimento sobre a reunião conjunta de Comissões, exceto quanto à Presidência.

§ 2º Nos primeiros 20 (vinte) dias do prazo previsto neste artigo, poderão ser apresentadas emendas ao projeto.

§ 3º Vencido o prazo para apresentação de emendas, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento proferirá, em dois dias, despacho do recebimento das emendas que serão numeradas e publicadas, e dará publicidade, em separado, às que deixar de receber, por vencido o prazo ou outro motivo.

§ 4º Do despacho de não recebimento de emendas caberá recurso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao Presidente da Câmara, que terá 2 (dois) dias para decidir.

§ 5º Esgotados os prazos dos parágrafos anteriores, o projeto será encaminhado ao relator, para parecer, com prazo de 5 (cinco) dias.

§ 6º Enviado à Mesa Diretora, o parecer será distribuído em avulsos, incluindo-se o projeto na Ordem do Dia da reunião ordinária imediata, para discussão e votação em turno único.

Art. 241. Concluída a votação, o projeto será remetido à Comissão de Justiça e de Redação, para a redação final.

Art. 242. O Prefeito poderá mandar mensagem à Câmara, para propor modificações no projeto, enquanto não iniciada, na Comissão de Finanças e Orçamento, a votação do parecer relativo à parte cuja alteração for proposta.

Art. 243. As emendas ao projeto de lei do Orçamento Programa ou a projeto que vise modificá-lo somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes anulação de despesas, excluídas as seguintes:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;

III - sejam relacionados:

- a) com a correção de erros ou omissão;
- b) com as disposições do projeto.

Art. 244. Se o Prefeito usar do direito de veto total ou parcial, a discussão a votação do veto seguirão as normas prescritas no art. 211, deste Regimento.

CAPÍTULO V Do Regimento Interno

Art. 245. O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado por meio de projeto de resolução de iniciativa de Vereador, da Mesa Diretora, de

Comissão Permanente ou de Comissão Especial para esse fim criada, com virtude de deliberação da Câmara, da qual deverá fazer parte um dos membros da Mesa.

§ 1º O projeto, após publicado e distribuído em avulsos, permanecerá na Ordem do Dia até a reunião ordinária subsequente, para o recebimento das emendas.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, o projeto será enviado:

I - à Comissão de Justiça e de Redação, em qualquer caso;

II - à Comissão Especial que o houver elaborado, para o exame das emendas recebidas;

III - à Mesa Diretora, para apreciar as emendas e o projeto.

§ 3º Os pareceres das Comissões serão emitidos no prazo de 5 (cinco) dias, quando o projeto seja de simples modificação, e de 20 (vinte) dias, quando se trate de reforma.

§ 4º Depois de publicados os pareceres e distribuídos os avulsos, serão os mesmos incluídos na Ordem do Dia, em primeiro turno, que não poderá ser encerrado, mesmo por falta de oradores, antes de transcorrida a reunião.

§ 5º O segundo turno não poderá ser também encerrado antes de transcorrida a reunião.

§ 6º O interstício entre o primeiro e segundo turno será no mínimo de 10 (dez) dias.

*§ 6º com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 7º Qualquer alteração ou reforma do Regimento deverá ser aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Casa.

§ 8º A redação final do projeto compete à Comissão Especial que o houver elaborado, ou à Mesa Diretora, quando de iniciativa desta, de Vereadores ou Comissão Permanente.

§ 9º A apreciação do projeto de alteração ou reforma do Regimento Interno, salvo o disposto neste artigo, obedecerá às normas vigentes para os demais projetos de resolução.

Art. 246. A Mesa Diretora fará a consolidação e publicação de todas as alterações introduzidas no Regimento, antes de findo cada biênio, assim como dos precedentes regimentais previstos no art. 247, deste Regimento.

Art. 247. Os casos não previstos neste Regimento, serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão precedente regimental.

§ 1º As interpretações do Regimento, feitas pelo Presidente, em assunto controverso, também constituirão precedente, desde que a Presidência assim o declare, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

§ 2º Os precedentes regimentais serão anotados em Livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

CAPÍTULO VI

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 248. Estão sujeitas ao julgamento e à sanção com a cassação do mandato, as infrações político-administrativas do Prefeito Municipal:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos

que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por Comissão de Investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III - desatender, sem motivo justo às convocações ou aos pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular a proposta orçamentária;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

IX - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido pela Lei Orgânica, ou afastar-se da Prefeitura sem autorização da Câmara, salvo em caso de gozo de licença remunerada, excluída a verba de representação, de trinta dias, para cada ano de mandato;

X - proceder de modo incompatível com a dignidade e decoro do cargo.

Parágrafo único. As infrações específicas neste artigo aplicam-se ao Vice-Prefeito ou a quem vier a substituir o Prefeito, ainda que tenha cessado a substituição.

Art. 249. O processo de cassação de mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao rito seguinte, se outro não for estabelecido por legislação superior:

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor com a exposição dos fatos e a indicação das provas;

II - se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo todavia, praticar todos os atos de acusação;

III - se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo e, só votará se necessário para completar o "quorum" de julgamento;

IV - será convocado o suplente de Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante;

V - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira reunião ordinária subsequente, determinará sua leitura e consultará ao Plenário sobre seu recebimento;

VI - decidido o recebimento, pelo voto da maioria simples dos presentes, na mesma reunião será constituída a Comissão processante com 3 (três) Vereadores sorteados entre desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o relator;

VII - recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de 5 (cinco) dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 10 (dez); se estiver ausente do Município o denunciado, a notificação far-se-á por edital, publicado 2 (duas) vezes, em órgão oficial, com intervalo de 3 (três) dias pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;

VIII - decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário;

IX - se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente da mesma designará desde logo o início da instrução e determinará os atos, diligências audiências que se fizerem necessárias, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas;

X - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

XI - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação e, solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de reunião para julgamento;

XII - na reunião de julgamento o processo será lido, integralmente e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e ao final, o denunciado ou o seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

XIII - concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais quantas forem as infrações articuladas na denúncia.

§ 1º Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo o denunciado que for declarado, pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia.

§ 2º Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e, fará lavrar a ata que consigne a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato do Prefeito.

§ 3º Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo.

§ 4º Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará o resultado, de imediato, à Justiça Eleitoral.

§ 5º O processo a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado.

§ 6º Transcorrido o prazo estipulado no parágrafo anterior, sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

CAPÍTULO VII

Da Extinção do Mandato do Prefeito

Art. 250. O Presidente da Câmara deve declarar extinto o mandato do Prefeito quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;

III - incidir nos impedimentos para o exercício do cargo, estabelecidos em lei, e não se desincompatibilizar até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo que a lei ou a Câmara fixar.

Parágrafo único. A extinção do mandato independe da deliberação do Plenário e se tornará efetiva desde a declaração do fato ou ato de extinção pelo Presidente e sua inserção em ata.

CAPÍTULO VIII

Do Comparecimento de Auxiliar Direto do Prefeito

Art. 251. O auxiliar direto do Prefeito comparecerá perante a Câmara ou suas Comissões:

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II - por sua iniciativa, mediante entendimentos com a Mesa Diretora ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua área de atuação.

§ 1º A convocação de auxiliar direto do Prefeito será resolvida pelo Plenário da Câmara ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Vereador ou membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º A convocação de auxiliar direto do Prefeito ser-lhe-á comunicada mediante ofício do Presidente da Câmara ou Comissão, que definirá local, dia e hora da reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 252. A Câmara reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que, perante o Plenário, comparecer auxiliar direto do Prefeito.

§ 1º O auxiliar direto do Prefeito terá assento nas primeiras bancadas, até o momento de ocupar a Tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Vereadores; perante Comissão, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º Não poderá ser marcado o mesmo horário para o comparecimento de mais de um auxiliar direto do Prefeito à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea, por mais de uma Comissão.

§ 3º O auxiliar direto do Prefeito somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição, ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º Em qualquer hipótese, a presença do auxiliar direto do Prefeito no Plenário, não poderá ultrapassar o horário normal de reunião ordinária da Câmara.

Art. 253. Na hipótese de convocação, o auxiliar direto do Prefeito encaminhará ao Presidente da Câmara ou Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Vereadores.

Art. 254. No caso do comparecimento espontâneo ao Plenário, o auxiliar direto do Prefeito usará a palavra ao início do Grande Expediente, se para expor assunto de sua área, de interesse da Casa e do Município, ou da Ordem do Dia, se

para falar de proposição legislativa em trâmite, relacionada com o órgão sob a sua direção.

Art. 255. Na eventualidade de não ser atendida a convocação feita pela Câmara, o Presidente promoverá a instauração do procedimento legal cabível.

CAPÍTULO IX

Do Comparecimento do Prefeito

Art. 256. * art. 256 revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 257. * art. 257 revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 258. * art. 258 revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 259. * art. 259 revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 260. O Prefeito pode comparecer, sem direito a voto, às reuniões da Câmara e terá direito a assento em lugar de Honra.

CAPÍTULO VII

Dos Vereadores

CAPÍTULO I

Do Exercício do Mandato

Art. 261. O Vereador deve apresentar-se à Câmara durante a sessão legislativa ordinária ou extraordinária para participar das reuniões de Plenário e de Comissão de que seja membro, sendo assegurado o direito, nos termos deste Regimento, de:

I - oferecer proposições em geral, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Casa, integrar o Plenário e demais colegiados e neles votar e ser votado;

II - encaminhar, através da Mesa Diretora, pedidos escritos de informação a auxiliar direto do Prefeito, ou a outras autoridades ou órgãos;

III - fazer uso da palavra;

IV - integrar as Comissões e representações externas e desempenhar missão autorizada pelo Presidente;

V - promover, perante quaisquer autoridade, entidades ou órgãos da administração municipal, direta ou indireta e fundacional, os interesses públicos ou reivindicações coletivas de âmbito municipal ou das comunidades representadas;

VI - realizar outros cometimentos inerentes ao exercício do mandato ou atender obrigações político-partidárias decorrentes da representação;

VII - requerer, mediante justificativa fundamentada, o exame ou cópias de quaisquer documentos da Municipalidade ou existentes nos arquivos da Câmara;

VIII - requisitar das autoridades, por intermédio da Mesa ou diretamente, providências para a garantia de suas prerrogativas ou do exercício de seu mandato;

IX - utilizar-se dos serviços da Secretaria da Câmara, desde que relacionados com o exercício do mandato;

X - solicitar, mediante requerimento, cópias de documentos do arquivo ou solicitar, mediante recibo, livros de biblioteca, para uso em reunião do Plenário ou de Comissão.

Art. 262. O Vereador não poderá presidir os trabalhos da Câmara ou de Comissão, nem ser designado relator, quando se estiver discutindo ou votando assunto de seu interesse pessoal, ou quando se tratar de proposição de sua autoria.

Art. 263. O comparecimento efetivo do Vereador à Câmara será registrado sob responsabilidade da Mesa Diretora e Presidência das Comissões, da seguinte forma:

I - às reuniões ordinárias e extraordinárias, através de lista de presença em Plenário;

II - nas Comissões, pelo controle da presença às suas reuniões.

Art. 264. Para afastar-se do Município, o Vereador deverá dar prévia ciência à Câmara, por intermédio da Presidência, indicando a natureza do afastamento e sua duração estimada.

Art. 265. O Vereador apresentará à Mesa Diretora, para efeito de posse e antes do término do mandato, declaração de bens e de suas fontes de renda, importando infração às normas de ética e decoro Parlamentar a inobservância desse preceito.

Art. 266. No exercício do mandato o Vereador atenderá às prescrições constitucionais, às imandas da Lei Orgânica e às normas de ética e decoro Parlamentar, sujeitando-se às medidas disciplinares nelas previstas.

§ 1º Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, na circunscrição do Município de Mateus Leme.

§ 2º Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações.

§ 3º O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, Chefe de Gabinete ou Procurador Geral do Município, não perde o mandato, considerando-se automaticamente licenciado e deverá fazer comunicação à Mesa, bem como ao reassumir o lugar.

§ 4º. Na hipótese do parágrafo antecedente, o Vereador poderá optar pelos subsídios a que faz jus ou, pelo vencimento do cargo em que for investido, vedada a percepção dos dois.

§ 5º Os Vereadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica ou de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecera cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, a:

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a

que se refere o inciso I, a;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;

e) exercer cargo ou função, quando houver incompatibilidade de horários.

Art. 267. O Vereador que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos ou funções que ocupar em razão dela, exceto em relação aos cargos da Mesa Diretora.

Art. 268. Os Vereadores, além de livre acesso ao Plenário, poderão utilizar-se dos seguintes serviços prestados na Casa, mediante prévia autorização do Presidente da Câmara:

* art. 268 com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

I - reprogafia;

II - biblioteca;

III - arquivo;

IV - processamento de dados.

CAPÍTULO II

Da Licença

Art. 269. O Vereador poderá obter licença para:

I - desempenhar missão temporária de caráter parlamentar ou cultural;

II - tratamento de saúde;

III - tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

IV - investidura em qualquer dos cargos referidos no § 3º do artigo 266, deste Regimento.

§ 1º Salvo nos casos de prorrogação da sessão legislativa ordinária ou de convocação extraordinária da Câmara, não se concederão as licenças referidas nos incisos II e III durante os períodos de recesso regimental.

§ 2º Suspender-se-á a contagem do prazo da licença que se haja iniciado anteriormente no encerramento de cada semi-período da respectiva sessão legislativa, exceto na hipótese do inciso II, quando tenha havido assunção de Suplente.

§ 3º A licença será concedida pelo Presidente, exceto na hipótese do inciso I, quando caberá à Mesa Diretora decidir.

§ 4º A licença depende de requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara e lido na primeira reunião após o seu recebimento.

§ 5º O Vereador que se licenciar, com assunção de Suplente, não poderá reassumir mandato antes de findo o prazo, superior a 120 (cento e Vinte) dias da licença ou de suas prorrogações.

Art. 270. Ao vereador que, por motivo de doença comprovada, se encontre impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato, será concedida licença para tratamento de saúde.

Parágrafo único. Para obtenção ou prorrogação da licença, será necessário laudo de inspeção de saúde passado por junta médica, nomeada pela Mesa Diretora da Câmara, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício ativo de seu mandato.

Art. 271. Em caso de incapacidade civil absoluta, julgada por sentença de interdição ou comprovada por laudo médico, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo antecedente, será o vereador suspenso do exercício do mandato,

sem perda da remuneração, enquanto durarem seus efeitos.

Parágrafo único. No caso de o Vereador se negar a submeter-se ao exame de saúde, poderá o Plenário, em reunião secreta, por deliberação da maioria absoluta da totalidade de seus membros, aplicar-lhe a medida suspensiva.

Art. 272 - A junta médica mencionada no parágrafo único do art. 270, deste Regimento, deverá ser constituída de, no mínimo, 3 (três) médicos de reputada idoneidade profissional, não pertencentes ao Serviço Público Municipal.

CAPÍTULO III **Da Vacância**

Art. 273. As vagas na Câmara verificar-se-ão em virtude de:

- I - falecimento;
- II- renúncia;
- III - perda de mandato.

Art. 274. A declaração de renúncia do Vereador ao mandato deve ser dirigida, por escrito, à Mesa Diretora e independe de aprovação da Câmara, mas somente se tornará efetiva e irrevogável depois de:

- I - lida no Expediente;
- II - declarada pelo Presidente, a extinção do mandato, em Plenário, perante reunião;
- III - publicada pela Câmara.

Parágrafo único. Considera-se haver renunciado:

- I - o Vereador que não prestar compromisso no prazo estabelecido neste Regimento;
- II - o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo regimental.

CAPÍTULO IV **Da Perda do Mandato**

Art. 275. A perda de mandato de Vereador ocorre nos casos de cassação e de extinção.

Art. 276. O Vereador poderá ser casado, quando:

- I - utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;
- II - fixar residência fora do município;
- III - proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

§ 1º O processo de cassação é, no que couber, o estabelecido no art. 249, deste Regimento.

§ 2º * revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 3º * revogado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

Art. 277. Extingue-se o mandato do Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando:

- I - ocorrer cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral;
- II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei;
- III- deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das

reuniões ordinárias da Câmara, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade; ou, ainda, deixar de comparecer a 5 (cinco) reuniões extraordinárias convocadas a pedido do Prefeito, por escrito e mediante recibo de recebimento, para apreciação de matéria urgente, assegurada ampla defesa, em ambos os casos;

IV - incidir nos impedimentos para o exercício do mandato constantes do art. 266, § 5º, I e II, deste Regimento e não desincompatibilizar-se até a posse e, nos casos supervenientes, no prazo fixado pela Câmara;

V - sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na reunião ordinária imediata, comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração de extinção do mandato e convocará imediatamente o respectivo suplente.

§ 2º Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências do parágrafo anterior, o Suplente do Vereador, ou o Prefeito Municipal poderá requerer a declaração de extinção do mandato, por via judicial.

§ 3º Considerado o Presidente omissor, pelo Juiz, além de receber as penalidades cabíveis, importará a decisão judicial na destituição automática do cargo da Mesa Diretora e no impedimento para nova investidura durante toda a legislatura.

§ 4º O disposto no inciso III não se aplicará às reuniões extraordinárias que forem convocadas a pedido do Prefeito, durante os períodos de recesso da Câmara Municipal, estabelecidos neste Regimento.

§ 5º Nos casos dos incisos IV e V deste artigo e I e III do artigo anterior, a perda de mandato será decidida pela Câmara de Vereadores, em votação nominal e por maioria de 2/3 (dois terços) de votos, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido com representação na Câmara, assegurada ampla defesa.

* § 5º com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 6º Nos casos previstos nos incisos I, II e III deste artigo e II, do artigo anterior, a perda de mandato será declarada pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador, ou de Partido com representação na Câmara, assegurada ao representado consoante procedimentos estabelecidos em ato, ampla defesa perante a Mesa Diretora.

CAPÍTULO V

Da Convocação de Suplente

Art. 278. - A Mesa Diretora convocará, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o Suplente de Vereador nos casos de:

I - ocorrência de vaga;

II - investidura do titular nas funções definidas no art. 266, § 3º, deste Regimento;

III - licença para tratamento de saúde do titular, desde que o prazo original seja superior a 120 (cento e vinte) dias, vedada a soma de períodos para esse efeito, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações;

IV - qualquer outra licença concedida por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º Assiste ao Suplente convocado o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito à Mesa diretora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devendo esta convocar o Suplente imediato.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de que trata o parágrafo anterior, de doença

comprovada na forma do art. 270, ou estar investido nos cargos de que trata o art. 266, § 3º, o Suplente que, convocado, não assumir o mandato no período fixado no art. 72, § 4º, deste Regimento, perde o direito à suplência, sendo convocado o Suplente imediato.

Art. 279. Ocorrendo vaga a mais de 15 (quinze) meses antes do término do mandato e não havendo Suplente, o Presidente comunicará o fato à Justiça Eleitoral para o efeito do art. 56, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 280. O Suplente de Vereador, quando convocado em caráter de substituição, não poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora nem para Presidente de Comissão.

CAPÍTULO VI

Do Decoro Parlamentar

Art. 281. O Vereador que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito a processo de medidas disciplinares previstas neste Regimento, que poderá definir outras infrações e penalidades além das seguintes:

- I - censura;
- II - perda temporária do exercício do mandato, não excedente de 30 (trinta) dias;
- III - perda do mandato.

§ 1º Considera-se atentatório ao decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crimes contra a honra, contenham incitamento à prática de crimes ou constituam violação dos direitos constitucionais.

§ 2º É incompatível com o decoro parlamentar:

- I - o abuso das prerrogativas, assegurado neste Regimento, ao Vereador;
- II - a percepção de vantagens indevidas;
- III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Art. 282. A censura será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal será aplicada em reunião pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, quando não caiba penalidade mais grave, ao Vereador que:

- I - inobservar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos deste Regimento;
- II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;
- III - perturbar a ordem das reuniões da Câmara ou das reuniões de Comissão.

§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa Diretora, se outra cominação mais grave não couber, ao Vereador que:

- I - reincidir nas hipóteses previstas no parágrafo anterior;
- II - usar em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar;
- III - praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara ou, desacatar por atos ou palavras:
 - a) outro Vereador;
 - b) a Mesa Diretora, ou Comissão, ou respectivos Presidentes;

- c) o Plenário;
- d) os servidores da Câmara.

Art. 283. Considerar-se-á incluso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

- I - reincidir nas hipóteses previstas no § 2º do artigo antecedente;
- II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste Regimento e às normas de Ética e Decoro Parlamentar;
- III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou Comissão haja resolvido devam ficar secretos;
- IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento em função do exercício de seu mandato ou na forma regimental;

V - faltar sem motivo justificado, a 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas ou a 9 (nove) intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

§ 1º Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em votação nominal e por maioria absoluta dos membros da Casa, assegurada ao infrator a oportunidade de ampla defesa.

* § 1º com redação dada pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º Na hipótese do inciso V, a Mesa Diretora aplicará, de ofício, o máximo da penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

Art. 284. A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e na forma previstos nos arts. 276 e 277, deste Regimento.

Art. 285. Quando, no curso de uma discussão, um Vereador for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Câmara ou de Comissão que mande apurar a veracidade da arguição e o cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

TÍTULO VIII

Da Participação da Sociedade Civil

CAPÍTULO I

Da Iniciativa Popular de Lei

Art. 286. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Vereadores de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 5% do eleitorado do Município, obedecidas as seguintes condições:

- I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;
- II - as listas de assinatura serão organizadas por Zona e Seção eleitorais, em formulário padronizado pela Mesa Diretora da Câmara;
- III - será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta das assinaturas;
- IV - o projeto será instruído com documento hábil da Justiça Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados no Município, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;
- V - o projeto será protocolado perante a Secretaria da Mesa Diretora, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para a sua apresentação;
- VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos

demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, o primeiro signatário, ou quem estiver indicado quando da apresentação do projeto;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado para Comissão de Justiça e de Redação, em preposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Justiça e de Redação escoimá-lo dos vícios formais para sua regular tramitação;

X - a Mesa Diretora designará Vereador para exercer, em relação ao projeto de lei de iniciativa popular, os poderes e atribuições conferidos por este Regimento ao autor de proposição, devendo a escolha recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

CAPÍTULO II

Das Petições e Representações e Outras Formas de Participações

Art. 287. As petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa física ou jurídica contra os atos ou omissão das autoridades ou entidades públicas, ou imputados a membros da Casa, serão recebidas e examinadas pelas Comissões ou pela Mesa Diretora, respectivamente, desde que:

I - encaminhadas por escrito, vedado o anonimato do autor ou autores;

II - o assunto envolva matéria de competência da Câmara.

Parágrafo único. O membro da Comissão a que for distribuído o processo, exaurida a fase de instrução, apresentará relatório na conformidade do art. 44, deste Regimento, no que couber, do qual se dará ciência aos interessados.

Art. 288. A participação da sociedade civil poderá, ainda, ser exercida através de entidades científicas e culturais, de associações e sindicatos e demais instituições representativas.

Parágrafo único. A contribuição da sociedade civil será examinada por Comissão, cuja área de atuação tenha pertinência com a matéria contida no documento recebido.

CAPÍTULO III

Da Audiência Pública

Art. 289. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro a pedido de entidade interessada.

Art. 290. Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores, relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º O Convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, por 10 (dez) minutos, prorrogáveis por igual período, a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§ 3º Caso o expositor se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§ 4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§ 5º Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 (três) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao Vereador interpelar qualquer dos presentes.

Art. 291. Não poderão ser convidados a depor em reunião de audiência pública os membros representantes de outra edilidade.

Art. 292. Da reunião de audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, mediante requerimento fundamentado e deferido pelo Presidente, o fornecimento de cópias aos interessados.

TÍTULO IX

Da Administração e da Economia Interna

CAPÍTULO I

Dos Serviços Administrativos

Art. 293. Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão por regulamentos especiais, aprovados pelo Plenário e serão dirigidos pelo Presidente, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.

§ 1º O plano de carreira dos servidores da Câmara deverá ser avaliado periodicamente, visando à valorização de, seus servidores e a uma otimização dos serviços prestados pelas Secretarias da Câmara aos Vereadores.

I – A avaliação de desempenho dos servidores concursados da Câmara será feita por uma Comissão Especial, quatro meses antes de vencer o prazo de 3 (três) anos do estágio probatório;

*inciso I acrescentado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

II – o estágio probatório dos servidores concursados da Câmara será regulamentado através de Resolução.

*inciso II acrescentado pela Resolução nº 07 de 17 de setembro de 2019

§ 2º Nenhuma proposição que modifique os serviços administrativos da Câmara poderá ser submetida à deliberação do Plenário sem parecer da Mesa Diretora.

Art. 294. As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos deverão ser encaminhadas à Mesa Diretora e, comprovadas, esta deverá tomar as

providências cabíveis, no prazo de 5 (cinco) dias, findo o qual, poderão ser levadas ao Plenário.

CAPÍTULO II

Da Administração e Fiscalização Contábil, Orçamentária, Financeira, Operacional e Patrimonial

Art. 295. A administração contábil, financeira, operacional e o sistema de controle interno serão coordenados e executados por órgãos próprios, integrantes da estrutura dos serviços administrativos da Câmara.

§ 1º As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias consignadas no Orçamento Municipal e dos créditos adicionais discriminados no orçamento analítico, devidamente aprovado pela Mesa Diretora, serão ordenados pelo Presidente.

§ 2º A movimentação financeira dos recursos orçamentários da Câmara será efetuada junto à bancos estabelecidos na sede do Município.

§ 3º Serão encaminhados mensalmente à Mesa Diretora, para apreciação, os balancetes analíticos e demonstrativos complementares da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 4º Até 31 (trinta e um) de março de cada ano, o Presidente encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado a prestação de contas relativas ao exercício anterior.

§ 5º A gestão patrimonial e orçamentária obedecerá às normas gerais de Direito Financeiro e sobre licitações e contratos administrativos em vigor e à legislação interna aplicável.

Art. 296. O patrimônio da Câmara é constituído de bens móveis e imóveis do Município, que adquirir ou forem colocados à sua disposição.

Parágrafo único. A ocupação de salas no edifício da Câmara, por Vereadores, ficará restrita ao período de exercício do mandato.

CAPÍTULO III

Da Polícia da Câmara

Art. 297. A Mesa Diretora fará manter a ordem e disciplina no edifício da Câmara e suas adjacências.

Art. 298. Se algum Vereador, no âmbito da Câmara, cometer qualquer excesso que deva ter repressão disciplinar, o Presidente da Câmara ou de Comissão conhecerá do fato e, promovendo a apuração do ocorrido, proporá as sanções cabíveis.

Art. 299. O policiamento do edifício da Câmara e de suas dependências externas, compete privativamente à Mesa Diretora, sob a suprema direção do Presidente, sem intervenção de qualquer outro Poder.

Parágrafo único. Este serviço será feito, ordinariamente, com a segurança própria da Câmara ou por esta contratada e, se necessário, ou na sua falta, por efetivos da polícia civil e militar, requisitados pelo Presidente às autoridades competentes.

Art. 300. Excetuado aos membros da segurança, é proibido o porte de arma de qualquer espécie no edifício da Câmara e suas áreas adjacentes, constituindo infração disciplinar, além de contravenção, o desrespeito a esta proibição.

Parágrafo único. Incumbe ao responsável pelos serviços de segurança,

supervisionar a proibição do porte de arma, com poderes para mandar revistar e desarmar.

Art. 301. Será permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada, ingressar no edifício da Câmara durante o expediente e assistir, das galerias, às reuniões do Plenário ou das Comissões, salvo as secretas.

§ 1º Nas dependências das Secretarias da Câmara, só é permitida a entrada de seus servidores e dos Vereadores.

§ 2º Os espectadores ou visitantes que se comportarem de forma inconveniente, a juízo do Presidente da Câmara ou de Comissão, bem como qualquer pessoa que perturbar a ordem do recinto da Casa, serão compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Câmara.

Art. 302. É proibido o exercício de comércio de qualquer espécie, nas dependências da Câmara, salvo em caso de expressa autorização da Mesa Diretora.

CAPÍTULO IV **Da Delegação de Competência**

Art. 303. A delegação de competência poderá ser utilizada como instrumento de descentralização administrativa, visando assegurar maior rapidez e objetividade às decisões e, situá-la na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

§ 1º É facultado à Mesa Diretora, a qualquer de seus membros, delegar competência para a prática de atos administrativos.

§ 2º O ato de delegação indicará, com precisão, a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições e o objeto da delegação.

TÍTULO X **Das Disposições Finais**

Art. 304. A Mesa Diretora, na designação da legislatura pelo respectivo número de ordem, tomará por base a que se iniciou em 1.947 (um mil, novecentos e quarenta e sete) de modo a ser mantida a continuidade histórica da instituição parlamentar do Município de Mateus Leme.

Art. 305. Salvo disposição em contrário, os prazos assinalados em dias ou reuniões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por reuniões ordinárias da Câmara efetivamente realizadas; os fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º Exclui-se do cômputo o dia ou reunião inicial e, inclui-se o dia ou reunião do vencimento, computando-se tanto para o início, quanto para o seu término, o primeiro dia útil imediato.

§ 2º Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso da Câmara.

Art. 306. Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente normal da Câmara ou das suas reuniões ordinárias, conforme o caso.

Art. 307. É vedado ao Vereador votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, quando ele próprio, ou perante afim ou consangüíneo, até

terceiro grau inclusive, tiver interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo.

Art. 308. É vedada dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Câmara.

Art. 309. O Regimento Interno só poderá ser modificado ou reformado por projeto de Resolução, aprovado por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Distribuídos os avulsos, o projeto ficará sobre a Mesa Diretora durante 10 (dez) dias para receber emendas, findo o prazo, o projeto será encaminhado às Comissões competentes para parecer.

Mateus Leme, 17 de dezembro de 1993